



ESTADUAL DA PARAÍBA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS – CCHE
CAMPUS VI – POETA PINTO DO MONTEIRO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

LUIZ FERNANDO ANTONINO DOS SANTOS

**UMA PESQUISA EXPLICATIVA QUANTO A EFICIÊNCIA DO GASTO
NO SETOR PÚBLICO EM UMA ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE
ENSINO LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA NO
CARIRI OCIDENTAL PARAIBANO: UM ESTUDO DE CASO**

MONTEIRO – PB
2014

LUIZ FERNANDO ANTONINO DOS SANTOS

**UMA PESQUISA EXPLICATIVA QUANTO A EFICIÊNCIA DO GASTO
NO SETOR PÚBLICO EM UMA ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE
ENSINO LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA NO
CARIRI OCIDENTAL PARAIBANO: UM ESTUDO DE CASO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro de Ciências Humanas e Exatas da Universidade Estadual da Paraíba, para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, sob a orientação do prof. Msc. Ismael Gomes Barreto.

**MONTEIRO - PB
2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S237p Santos, Luiz Fernando Antonino dos.

Uma pesquisa explicativa quanto a eficiência do gasto no setor público em uma escola da rede estadual de ensino localizada no município de Serra Branca no Cariri Ocidental Paraibano [manuscrito] : um estudo de caso / Luiz Fernando Antonino dos Santos. - 2014.

82 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2014.

"Orientação: Prof. Me. Ismael Gomes Barreto, Departamento de Ciências Contábeis".

1. Setor educacional. 2. Contabilidade pública. 3. Custos no setor público. I. Título.

21. ed. CDD 657.61

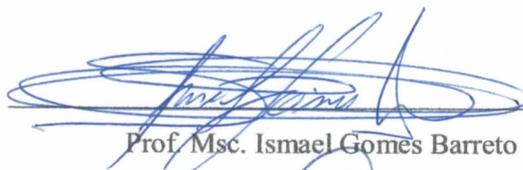
LUIZ FERNANDO ANTONINO DOS SANTOS

**UMA PESQUISA EXPLICATIVA QUANTO A EFICIÊNCIA DO GASTO
NO SETOR PÚBLICO EM UMA ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE
ENSINO LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA NO
CARIRI OCIDENTAL PARAIBANO: UM ESTUDO DE CASO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro de Ciências Humanas e Exatas da Universidade Estadual da Paraíba, para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, sob a orientação do prof. Msc. Ismael Gomes Barreto.

Aprovado em: 03/12/2014

BANCA EXAMINADORA



Prof. Msc. Ismael Gomes Barreto – Orientador.
Universidade Estadual da Paraíba/Campus VI – Monteiro.



Prof. Msc. Josimar Farias Cordeiro – Examinador 1.
Universidade Estadual da Paraíba/Campus VI – Monteiro.



Prof. Esp. Paulo Cesar Cordeiro – Examinador 2.
Universidade Estadual da Paraíba/Campus VI – Monteiro.

DEDICATÓRIA

A minha vó, Maura Alexandrina Antonino, e minha mãe, Maria de Fatima Antonino dos Santos, pela dedicação, força, incentivo, apoio, companheirismo e amizade, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter mim dado força e condições de concluir essa etapa da minha vida, sempre guiando-me pelo caminho correto.

A minha avó Maura Alexandrina Antonino, minha mãe Maria de Fatima Antonino dos Santos e meu irmão Luís Fagner Antonino dos Santos, pelas palavras de apoio, carinho e sinceridade, sempre mim incentivando a continuar perseguindo meus objetivos. Não esquecendo de meu primo Lindolfo Pedrosa, minha tia Marta Lúcia Antonino e meu pai Luís José Pedrosa que também fazem parte dessa conquista.

Aos meus eternos amigos de curso, Damião Eudes Bezerra, Filipe José, José Lucenildo Oliveira e Maria Alessandra, que fizeram parte dessa conquista pessoal com companheiros, dedicação e carinho em todos os momentos.

Aos demais colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio, que diretamente ou indiretamente também foram importantes nesse período de curso.

Ao professor Manoel Gouveia de Souza e a diretora da escola Vasconcelos Brandão Maria das Graças, pela colaboração durante a pesquisa fornecendo os dados necessários para a realização da mesma.

Ao meu orientador, professor Msc. Ismael Gomes Barreto pelo seu empenho e dedicação, mim apoiando e acreditando no meu potencial para realizar essa pesquisa, dando-me condições e segurança para cumprir essa etapa.

Finalmente, a todos que fazem parte da UEPB, principalmente aos professores do Curso de Ciências Contábeis da UEPB, que contribuíram ao longo do curso, por meio das disciplinas e debates, para o meu desenvolvimento profissional.

Muito Obrigado.

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo analisar se há eficiência no gasto público com o setor educacional, buscando entender através de uma análise qualitativa aspectos que evidenciem o nível de qualidade do ensino na rede estadual. A Contabilidade Pública vem passando por um importante processo de reformulação de foco e das práticas contábeis consequentemente. Nesta concepção o controle dos custos do setor público está sendo fortemente exigidos pelos órgãos fiscalizadores da gestão, como pela própria sociedade que começa a toma consciência e compreende como esses instrumentos são fundamentais para avaliar e cobrar melhores resultados da gestão pública. Foi realizado um estudo de caso junto a uma amostra de 108 alunos e 10 professores de uma escola da rede estadual de ensino. A metodologia empregada foi Explicativa quanto aos objetivos, Bibliográfica e Documental quanto aos procedimentos, Qualitativa quanto à abordagem e indutiva quanto ao método de constatação. Os resultados foram analisados através de planilhas Excel, SPSS, Gráficos e Tabelas. Nos resultados encontrados observou-se que os mesmos estão insatisfeitos com as condições que lhe são ofertadas, pois os níveis de discordância foram maiores percentualmente na maioria das questões levantadas. Diante dessas informações qualitativas pode-se dizer que o custo encontrado de R\$ 170,47 mensal por aluno, não está suprimindo as necessidades da escola, evidenciando a ineficiência do estado nas ações governamentais, fato que vem reforça a importância da contabilidade e principalmente da contabilidade de custos para o aperfeiçoamento da gestão.

PALAVRAS CHAVE: Setor Educacional, Contabilidade Pública, Custos no Setor Público.

RESUMEN

El presente trabajo tuvo por objetivo analizar la eficiencia en el gasto público con el sector educacional, buscando entender por medio de un análisis cualitativo los aspectos que evidencien el nivel de calidad del enseño en la red estatal. La Contabilidad Pública viene pasando por un importante proceso de reformulación del foco e de las prácticas contables consecuentemente. En esta concepción el control de los costos del sector público están fuertemente exigidos por las agencias de supervisión de la gestión como por la propia sociedad que empieza a tomar consciencia y comprender como esos instrumentos son fundamentales para la evaluar y cobrar mejores resultados de la gestión pública. Se llevó a cabo un estudio de caso junto a una muestra de 108 alumnos y 10 profesores de una escuela de la red estatal de enseño. La metodología que se usó fue la Explicativa cuanto a los objetivos, Bibliográfica y Documental cuanto a los procedimientos, Cualitativa cuanto el abordaje e Inductiva cuanto al método de constatación. Los resultados fueron analizados por medio de planillas Excel, SPSS, Gráficos t Tablas. En los resultados encontrados se pudo observar que los mismos están insatisfechos con las condiciones que a ellos son ofrecidas, pues los niveles de discordancia se mostraron mayores porcentualmente en la mayoría de las cuestiones levantadas. En vista de estas afirmaciones cualitativas se puede decir que el costo encontrado de R\$ 170,47 mensual por alumno, no está relleno las necesidades de la escuela, evidenciando la ineficiencia del estado en las acciones gubernamentales, hecho que viene reforzar la importancia de la contabilidad y principalmente de la contabilidad de costos para la mejoría de la gestión.

PALABRAS- CLAVE: Sector Educacional, Contabilidad Pública, Costo en el Sector Público.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
1.1	Problema	11
1.2	Objetivo Geral	12
1.3	Objetivos Específicos.....	12
1.4	Justificativa.....	12
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	16
2.1	Quanto aos Objetivos	16
2.2	Quanto aos Procedimentos	16
2.3	Quanto à Abordagem	17
2.4	Quanto ao Método	18
2.5	Quanto aos Instrumentos de Coleta dos Dados	18
2.6	Quanto à Forma de Análise dos Dados	20
2.7	Delimitação da Pesquisa	20
2.8	Limitação da Pesquisa.....	20
3	REFERÊNCIAL TEÓRICO	21
3.1	Gestão Baseada em Resultado.....	21
3.1.1	Perspectivas da Gestão Baseada em Resultado	23
3.1.2	Indicadores de Qualidade.....	24
3.2	Custos no Setor Público	25
3.2.1	Características Qualitativas da Informação de Custos.....	26
3.2.2	Terminologia Básica de Custos	28
3.2.3	Sistema de Acumulação de Custos no Setor Público	29
3.2.4	Sistemas e Métodos de Custeio no Setor Público	30
3.3	Desenvolvimento da Escola Pública no Brasil.....	32
3.3.1	Breve Histórico do Desenvolvimento da Escola no Brasil.	32
3.3.2	Educação nos Dias Atuais	33
3.3.3	Gasto Público em Educação	34
3.3.4	Fundeb.....	36
4	ESTUDO DE CASO	38
4.1	Análise dos Resultados	38
4.1.1	Concepção dos Alunos.....	38
4.1.2	Concepção dos Professores	48
4.1.3	Custo por Aluno.....	61
4.1.4	Análise Comparativa da Eficiência X Custo.....	66
5	CONCLUSÃO.....	70

REFERÊNCIAS.....	72
APÊNDICE	76

1 INTRODUÇÃO

As diversas transformações ocorridas no meio político, econômico e social do estado moderno contemporâneo, dentre as quais se destacam a globalização da economia, a diminuição do intervencionismo estatal, o desenvolvimento de parcerias com o setor privado e uma crescente democracia participativa, constituem elementos decisivos a modelar uma nova administração pública, a chamada Administração Gerencial.

Fato que obrigou os novos gestores públicos a se adequarem a essas novas condições oriundas dos fatos acima mencionados, para tanto, novos instrumentos e modelos de gestão que propiciam as instituições públicas um melhor desempenho operacional e uma maior habilidade gerencial vem sendo utilizado, e dentre os vários métodos e instrumentos a disposição da administração pública encontra-se o sistema de custo, que proporciona não só a quantificação dos custos dos processos, como auxilia no estabelecimento de novos padrões de desempenho compatíveis com as exigências da sociedade.

Com relação a esta nova adesão aos novos métodos referentes à administração pública os autores Machado e Holanda (2010) defendem o posicionamento que para o setor público cumpra suas funções com eficiência¹, eficácia² e efetividade³, as políticas públicas, necessitam de uma vasta gama de informações gerenciais, que auxiliem no planejamento e na tomada de decisões típicas, tais como comprar ou alugar, produzir internamente ou terceirizar determinado serviço ou atividade. Em virtude disso dá-se a necessidade da implementação de um sistema de informação de custos capaz de subsidiar a administração no que tange a todo processo gerencial, desde a formulação da proposta orçamentária, passando pelo orçamento que é o fio condutor para à execução das despesas e prestação dos serviços públicos planejados.

A existência deste sistema dentro de uma instituição pública irá permitir que sua administração avalie a utilização dos recursos alocados e os resultados por eles alcançados.

Segundo Alonso, (1999) em seu texto “Custo no serviço público”: A melhoria substancial no desempenho de uma organização governamental, por sua vez, requer sistemas de informações gerenciais que deem sustentação aos seus processos decisórios. Em particular, tais sistemas devem contemplar medidas de resultados e o custo para obtê-los.

¹ Eficiência é apresentar um desempenho satisfatório sem desperdício, ou seja, gastar bem.

² Eficácia é alcançar os objetivos ou metas previstas, ou seja, gastar sabiamente.

³ Economicidade é executar uma atividade ao menor custo possível, ou seja, gastar menos.

É necessário ampliar os esforços na busca de soluções simples que tragam melhorias na viabilização das informações necessárias.

Pois, um governo que preze pela transparência na gestão das informações no setor público deve facilitar o fornecimento ao acesso de informações públicas aos cidadãos, divulgando-as com uma linguagem clara e que seja de fácil entendimento para quem a lê.

Em conformidade com o que foi exposto acima o Manual de Integridade Pública e Fortalecimento da Gestão (2013) ressalta que:

A transparência e o acesso à informação são essenciais para a consolidação do regime democrático e para a boa gestão pública. Com o acesso aos dados públicos, os cidadãos podem acompanhar a implementação das políticas públicas e fiscalizar a aplicação do dinheiro público. Além disso, incentivam os gestores públicos a agirem com mais responsabilidade e eficiência.

A despeito deste tema a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000) estabelece que: “as organizações públicas devem sempre se pautar por critérios de economicidade, eficiência, eficácia e, para isso, devem definir métodos de custeamento”

A Contabilidade é uma ciência que tem como objeto primordial de estudo o Patrimônio e suas variações. A contabilidade pública é um ramo desta ciência, que se pauta pelas mesmas diretrizes e princípios, e tem como objeto de estudo o Patrimônio Público.

O que faz da contabilidade a ciência da informação, tornando-a indispensável à tomada de decisões administrativas, sendo fundamental para o sistema gerencial, fato que irá contribuir para o sucesso da gestão das informações que são formalizadas e documentadas, como a escrituração, contabilização e demonstração financeira, o que tem favorecido para a obtenção de um lugar de destaque entre os gestores públicos.

Envolvido neste contexto gerencial, pode-se destacar a contabilidade de custos como um sistema de informações dentro do sistema contábil, que traz consigo a base fundamental para o desempenho administrativo e operacional no setor público, uma vez que está diretamente relacionado com as funções de planejamento, orçamento e controle, tendo como finalidade a busca por meios economicamente viáveis para a redução dos gastos, controle das despesas e otimização dos resultados, gerando assim, a necessidade de possuir abordagens sistemáticas para a solução de problemas relacionados a decisão.

Ainda referente às considerações feitas acima Martins (1992) refere-se a custos como gasto relativo à bem ou serviço utilizado na produção de outros bens e serviços, ou seja, o consumo dos insumos usados na fabricação dos produtos da empresa.

Diante dessas novas mudanças ocorrida na contabilidade, os órgãos reguladores do setor público brasileiro observaram a necessidade de ajustar o foco da contabilidade pública para o Patrimônio, aderindo a convergência das Normas Internacionais de Contabilidade Pública (IPSAS – *International Public Sector Accounting Standards*) que são publicadas pelo IFAC (*International Federation of Accountants*), órgão internacional responsável pela convergência da contabilidade pública aos padrões IFRS (*International Financial Reporting Standards*).

Com essa nova perspectiva o Conselho Federal de Contabilidade foi encarregado pelo Ministério da Fazenda, para emitir as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T SP) de acordo com os padrões internacionais (IPSAS). Em um primeiro momento foram emitidas 10 (dez) normas, da NBC T 16.1 a 16.10, que norteiam vários aspectos dessa nova contabilidade pública. Ressaltando que das inúmeras novas exigências, uma merece um enfoque especial já que torna obrigatório a implantação de um Sistema de Informações de Custos do Setor Público – SICSP, sistema esse que seja capaz de gerar informações indispensáveis a gestão como quanto aos custos dos processos, programas, projetos e atividades implantadas e na busca da otimização dos recursos disponíveis conhecendo os custos de cada unidade contábil.

Para atender essas novas diretrizes o CFC editou em 25 de novembro de 2011 a NBC T SP 16.11 – Subsistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP), estabelecendo a conceituação, o objetivo e as regras básicas para mensuração e evidenciação dos custos no setor público.

Por fim, pode-se ressaltar que nas últimas décadas a Contabilidade de Custos deixou de ser um mero instrumento que auxiliava na avaliação de estoques e lucros globais, para tornar-se uma peça de grande importância de controle de decisão gerencial.

1.1 Problema

Há eficiência do gasto no Setor Público em uma escola da rede estadual de ensino do município de Serra Branca na relação custo por aluno e na satisfação dos mesmos e dos professores?

1.2 Objetivo Geral

Entender se há eficiência do gasto no Setor Público em uma escola da rede estadual de ensino do município de Serra Branca na relação custo por aluno e na satisfação dos mesmos e dos professores.

1.3 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos deste trabalho estão embasados nas seguintes proposições:

- Investigar junto ao aluno aspectos referentes aos incentivos e infraestrutura.
- Compreender na concepção dos professores as condições propícias ao ensino quanto a capacitação e infraestrutura.
- Calcular quanto custa em média um aluno da escola em estudo.
- Avaliar se pelo custo por aluno a escola em estudo é eficiente em sua função.

1.4 Justificativa

Quando se deseja avaliar o desempenho de qualquer atividade humana, torna-se necessário mensurar seus resultados, e no setor público não seria diferente. Essa medição é evidenciada através do processo de controle das atividades, por exemplo, no ramo empresarial esse controle é exercido e imposto pelo empresário, enquanto que na Administração Pública é exercida em virtude das exigências legais.

O que torna a contabilidade pública um ramo da contabilidade mais complexa e completa, uma vez que, não só está destinada a escrituração contábil, como também é necessária para a observação dos atos e fatos da execução orçamentária, fazendo o controle e acompanhamento de todos os registros de cada unidade, dentro do sistema. (KOHAMA, 2003 *apud* SOUSA).

O Brasil desde a época colonial vem buscando a excelência na Administração Pública, alcançando alguns avanços no que se refere à contabilidade pública. O primeiro avanço que pode-se destacar é o surgimento da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para União, Estados, Municípios e Distrito Federal e foi sancionada sob o amparo da Constituição Federal de 1946, que faz, no artigo 85, a exigência da determinação de custos dos serviços industriais da administração pública, o que a tornava uma legislação moderna para a época.

O Autor Silva (2004) defende a ideia de que o surgimento desta lei vem para fazer um maior controle e padronização do orçamento, da contabilidade e prestação de contas perante os governantes.

Posteriormente começaram a surgir outras leis e decretos para reforçarem a lei supracitada, como o Decreto-lei 200/67 que ampliou as exigências da lei anterior ao determinar que os serviços de contabilidade devessem apurar os custos dos serviços públicos a fim de evidenciar resultados, com tanto não foram surtidos os efeitos esperados, exceto com a retomada do assunto pela Lei Complementar nº 101/2000, mais conhecida por Lei de Responsabilidade Fiscal, que fixou uma série de parâmetros dando enfoque à transparência das contas públicas e a participação da sociedade.

E mais recentemente devido o advento da globalização e as mudanças ocasionadas pelo processo contínuo de inovações tecnológicas, vem causando grandes mudanças dentro das organizações privadas e públicas, exigindo que seus profissionais se adequem a essa nova realidade mundial, caso contrário serão esmagados pela grande massa em busca do progresso.

Fato que, contribuiu para a convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS- International Public Sector Accounting Standards), que vem para conciliar as normas contábeis, passando de um enfoque orçamentário para um enfoque patrimonial.

Diante disso, pode-se observar com atenção especial a Resolução CFC⁴ N.º 1.366/11 que Aprovou a NBC T⁵ 16.11 – Sistema de Informação de Custos do Setor Público, que normatiza a conceituação, o objeto, os objetivos e as regras básicas para mensuração e evidenciação dos custos no setor público sendo apresentado, nesta norma, como Subsistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP).

Essas mudanças tem por objetivo propiciar informações contábeis mais claras e fieis, para poder ajudar a administração pública, elevando a eficiência e a efetividade das Leis, com

⁴ A sigla CFC significa: Conselho Federal de Contabilidade

⁵ NBC T (Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica)

o tratamento do patrimônio público, já que é função da Administração Pública aplicar os recursos públicos que dispõe (arrecadados basicamente por meios dos tributos), com eficiência e eficácia sempre em favor do bem estar social, garantindo os direitos básicos previstos na Constituição Federal de 1988, como os direitos à vida, à educação, à saúde, à segurança, ao lazer, etc. Fato que estimula e promove o planejamento, transparência e a responsabilidade fiscal dos atores responsáveis por governar o ente público. Trazendo uma melhoria nos controles internos, e proteção do patrimônio público, além de apresentar maior transparência na apresentação dos recursos públicos a sociedade.

Toda essa evolução dentro da área contábil irá nos fornecer um aporte teórico para entrar em nossa linha de pesquisa que é o setor educacional público, mais especificamente a análise dos recursos e dos programas que procuram investir para que esse setor da sociedade evolua continuamente na área pública. Na educação básica, temos como exemplo o Fundeb⁶ que “[...] tem como principal objetivo promover a redistribuição dos recursos vinculados à educação” (Ministério da Educação) há também o Dinheiro direto na escola, onde, segundo o MEC⁷, o orçamento previsto para 2011 foi de 1,5 bilhões de reais.

Outro fator que também justifica a realização deste trabalho são os dados do IBGE⁸ que mostram que tanto o ensino fundamental como o ensino médio tiveram uma gradativa evolução até o ano de 2009, conforme os dados apresentados: 51% dos jovens de 15 a 17 anos estavam matriculados no ensino médio em 2009, como seria adequado para essa faixa etária. Em quanto à quantidade de alunos em sala de aula aumentou a qualidade do ensino oferecido diminuiu.

A ideia da realização deste estudo surgiu a partir da necessidade de analisar como as mudanças ocorridas dentro da contabilidade mais especificamente na contabilidade pública, podem ajudar ou colaborar na administração dos recursos públicos que são disponibilizados para atender as necessidades demandadas pela coletividade. Procurando evidenciar se estes recursos estão sendo gastos ou utilizados de maneira adequada contemplando a tríade da eficiência, eficácia e efetividade suprindo os anseios da população com economicidade.

Este estudo será realizado na Escola Estadual de Ensino Fundamental Vasconcelos Brandão, que iniciou suas atividades no ano de 1950, por meio do decreto Lei de nº 235, ato de reconhecimento. Resolução nº 154/97, com o intuito de atender com maior eficácia os educandos do município de Serra Branca – Paraíba. Tem como missão e objetivos resgatar o

⁶ Fundef (O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação)

⁷ MEC (Ministério da Educação e Cultura)

⁸ IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

papel da escola pública como espaço de construção de conhecimento, humanizado, prazerosa, criativa, investigativa, capaz de satisfazer os anseios dos seus alunos.

O estudo contribuirá com informações relevantes para a sociedade, o governo e de referência para futuros trabalhos acadêmicos na mesma linha de pesquisa. Espera-se que este trabalho contribua no sentido de ampliar os conhecimentos na área de administração pública, salientando para a importância do controle sobre o custo público na busca constante para alcançar a eficiência na gestão dos recursos arrecadados.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 Quanto aos Objetivos

Quanto aos objetivos a pesquisa se classifica em Explicativa.

A pesquisa é explicativa, tem como preocupação central a identificação dos fatores que podem determinar ou contribuir para a ocorrência dos fenômenos estudados. Buscando uma explicação mais aprofundada dos porquês das coisas através dos resultados oferecidos; o que a torna mais passível a erros. (GIL, 2009)

Com relação a esse aspecto nesse estudo procurou-se identificar os fatores que influenciam o desempenho da instituição, buscando respostas para o problema proposto no referido trabalho.

2.2 Quanto aos Procedimentos

Com relação aos procedimentos a pesquisa se classifica em bibliográfica e documental. De acordo com Gil (2009, pg. 44): “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Portanto, esse tipo de pesquisa é realizada a partir do levantamento de referenciais teóricos já analisados e/ou publicados por meio de comunicação escrita ou via internet, como livros, artigos científicos, páginas de web sites entre outros. Tendo como principal vantagem o fator de possibilitar ao pesquisador uma cobertura dos fenômenos mais ampla do que poderia pesquisar diretamente. (GIL, 2009)

É documental, pois segundo Gil (2009, pg. 45): “[...] a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”. Ou seja, tem por finalidade reunir, classificar e distribuir documentos de todo gênero dos diferentes domínios da atividade humana. São chamados de documentos fontes de informação que ainda não receberam organização e nem foram publicados, como por exemplo: tabelas estatísticas, relatórios de

empresas, documentos informativos arquivados em repartições públicas, associações entre outros.

Em relação às fontes bibliográficas foram utilizados livros, artigos científicos e trabalhos monográficos. Quanto aos documentos analisados, corresponderam a prestação de contas da escola supracitada.

A técnica utilizada para realização dessa pesquisa é o Estudo de Caso que conforme Lakatos (2008, pg. 274) “[...] refere-se ao levantamento com mais profundidade de determinado caso ou grupo humano sob todos os seus aspectos”.

2.3 Quanto à Abordagem

Quanto à forma de abordagem do problema, o presente trabalho configura-se como uma pesquisa de porte qualitativo, que é adequada para mensurar opiniões, comportamentos, atitudes e preferências de um determinado grupo de indivíduos, pois, a pesquisa de cunho qualitativo utiliza uma amostra representativa de determinado grupo para medir qualidades ou características semelhantes. No caso desta pesquisa está relacionado ao agrupamento e interpretação desses dados na forma de questionários.

Zanella (2009, apud SILVA, 2011 pg. 38) conceitua a Pesquisa qualitativa dizendo que:

Pesquisa qualitativa: pode ser definida como a que se fundamenta principalmente em análises qualitativas, caracterizando-se, em princípio, pela não-utilização de instrumental estatístico na análise dos dados. Esse tipo de análise tem por base conhecimentos teóricos empíricos que permitem atribuir-lhe cientificidade.

Portanto, o pesquisador busca as características, semelhanças, diferenças e causas para determinar tendências, não se valendo de dados numéricos e percentuais para determinação dos fenômenos.

2.4 Quanto ao Método

O método utilizado foi o Indutivo que segundo Lakatos (2008) parte de premissas particulares, suficientemente constatadas, para inferir-se uma conclusão geral ou universal, sobre fatos que não estão presentes nas partes examinadas. Assim, partiu-se da premissa utilizada na verificação da eficiência do gasto público em um caso particular, para se chegar a uma conclusão geral, que é a constatação da eficiência do gasto público na educação.

2.5 Quanto aos Instrumentos de Coleta dos Dados

O instrumento utilizado para a coleta dos dados foi questionário que conforme Andrade (2009) nada mais é do que um conjunto de perguntas que o informante responde, sem que para isso seja necessário à presença do pesquisador.

Os dados foram coletados mediante aplicação de questionários junto aos alunos e professores da instituição, que de livre e espontânea vontade responderam as indagações propostas na pesquisa. Deve-se ressaltar que alguns alunos não quiseram responder os questionários, bem como alguns professores que preferiram se abster do levantamento.

O levantamento dos dados referentes as despesas e custos foi realizada por meio da prestação de contas anual de 2012 da referida instituição de ensino, referente às despesas de custeio e capital. Os salários dos agentes públicos, como professores, agentes administrativos e funcionários terceirizados foram tomados como base o piso salarial da categoria, visto o alto grau de incerteza do levantamento feito junto aos funcionários da instituição.

A pesquisa foi aplicada na Escola Estadual de Ensino Fundamental Vasconcelos Brandão, está localizada à Avenida Deputado Gaudêncio de nº 54, Centro da cidade de Serra Branca – PB.

O universo da pesquisa encontra-se distribuído conforme os quadros abaixo:

Quadro 1 - O quadro de funcionários e professores da escola em 2012

Cargo	Efetivos	Prestadores de Serviços
Diretor (a)	01	-
Professor Fundamental Menor	06	03
Professor Fundamental Maior	10	10
Agente Administrativo	05	-
Funcionário Apoio	-	12
Supervisor	01	-

Fonte: o autor, a partir de entrevista com a diretora da escola.

O número de alunos por ano letivo distribui-se conforme a tabela abaixo:

Quadro 2 – Número de alunos matriculados no ensino regular em 2012

Ano/Série	Número de Alunos
3º Ano	21 Alunos
4º Ano	23 Alunos
5º Ano	34 Alunos
6º Ano	60 Alunos
7º Ano	50 Alunos
Total	188 Alunos

Fonte: o autor, a partir de entrevista com a diretora da escola.

Quadro 3 – Número de alunos matriculados no EJA em 2012

Ano/Série	Número de Alunos
5º Série EJA	25 Alunos
6º Série EJA	22 Alunos
7º Série EJA	20 Alunos
8º Série EJA	27 Alunos
Total	94 Alunos

Fonte: o autor, a partir de entrevista com a diretora da escola.

A mesma funciona durante os três turnos, nos turnos manhã e tarde atende o ensino regular (fundamental 1 e 2) e a noite com turmas do EJA (Educação de Jovens e Adultos) primeiro segmento. Possui 6 salas de aula, 2 TVs, 1 secretaria escolar, 1 sala de direção, 1 biblioteca, 1 sala de educação especial, 2 banheiros e uma cantina.

Assim os questionários foram aplicados de forma aleatória a 108 alunos e 10 professores da escola estadual mencionada anteriormente, mediante uma amostra não probabilística por conveniência.

2.6 Quanto à Forma de Análise dos Dados

Já quanto à forma de análise dos dados utilizou-se de planilhas do Excel para tabulação das respostas, SPSS (Statistical Package for Social Sciences-for Windows) para tratamento de estatística descritiva, e Gráficos e Tabelas para uma melhor visualização e apresentação das respostas obtidas.

2.7 Delimitação da Pesquisa

A presente pesquisa se delimita a Escola Estadual de Ensino Fundamental Vasconcelos Brandão, localizada na cidade de Serra Branca – Paraíba. Os resultados estão condicionados aos dados disponibilizado pelos agentes responsáveis pela instituição.

2.8 Limitação da Pesquisa

A primeira limitação a se destacar foi com relação a salário dos funcionários da instituição, não sendo possível encontrar uma fonte confiável para obter valores próximos a realidade, visto que nenhum órgão competente pode disponibilizar e os mesmos não informaram qual o valor exato dos seus rendimentos salariais.

Outro ponto foi com relação ao ano em análise, não se conseguindo um ano mais recente devido a problemas na prestação de contas de 2013. Então se trabalhou com os dados de 2012 que estavam e ordem e à disposição para análise.

3 REFERÊNCIAL TEÓRICO

3.1 Gestão Baseada em Resultado

Em decorrência do processo evolutivo alcançado pela sociedade moderna, questões como competitividade e desenvolvimento sustentável são levantadas com maior ênfase por decorrência da escassez de recursos disponíveis. Fato este que impulsiona a gestão administrativa a pesquisar, elaborar e desenvolver novos mecanismo, instrumentos, estruturas, procedimentos e métodos capazes de promover ações de forma eficiente, eficaz e com economicidade dos recursos. Para isso torna-se necessário mensurar os resultados alcançados pelas atividades e projetos, averiguando se estes são ofertados de maneira satisfatória para atender a demanda da sociedade.

Ressalta-se que política e a administração são partes integrante de um único sistema aberto e dinâmico, no qual a soma dos esforços devem convergir para se conseguiu o resultado almejado, equilibrando o que se deseja com o que é viável. Bourgon (2010)

Portanto, as políticas públicas devem estabelecer claramente quais os meios utilizados, os agentes necessários a realização das ações, bem como os fins esperados, aliando a operacionalização da ação com as estratégias traçadas para atender ou solucionar determinada demanda popular, promovendo o bem-estar social.

No setor público o principal agente propulsor de mudanças na gestão administrativa é o servidor público. Conforme salienta Ribeiro Filho et.al.(2012, p.2), que desenvolver um padrão de excelência, traduzido em qualidade, eficiência, eficácia e efetividade, na prestação de serviços públicos, é uma tarefa de exclusivo compromisso e responsabilidade dos servidores públicos.

Pode-se observa que o servido público é o principal agente para essas mudanças, mas devido a prestação de serviços públicos precários ou ruins, a sociedade avalia de forma negativa a função desses servidores.

O autor supracitado ainda elenca quais as variáveis ambientais propicias à Gestão Baseada em Resultado no Setor Público:

Considerando-se uma perspectiva centrada no servido público, que são os prepostos responsáveis pela condução e aplicação das políticas públicas; e nos cidadãos, que

são, em última instância, os usuários dessas mesmas políticas públicas, propõe-se um modelo delineado com base na teoria do agenciamento ou teoria da agência (agency theory), - que discute os conflitos de interesse existentes entre os agentes, que são os prepostos gestores do patrimônio; e os principais que são os proprietários desse mesmo patrimônio, beneficiários das ações de gestão a cargo dos agentes. (RIBEIRO FILHO et.al.2012, p.2)

Portanto, tomando como pressuposto básico o que foi exposto acima, infere-se que cabe aos atores envolvidos no processo administrativo público, conhecer as necessidades dos principais (cidadãos) o que estes esperam da atuação do agente público, buscando sempre a maximização do bem-estar social através da implementação de ações que atendam a demanda esperada com um certo nível de qualidade, aplicando os recursos arrecadados de maneira eficiente, eficaz e efetiva.

Cabe ainda mencionar que, para obter sucesso na implementação das políticas, os agentes necessitam desenvolver a capacidade de compreender e lidar com comportamentos motivacionais e os possíveis conflitos resultante desse choque de interesses entre os diversos indivíduos envolvidos, fato que requer dos agentes públicos atenção especial, para minimizar esse conflito mediante cooperação, solidariedade e conciliação dos interesses divergentes, além das outras variáveis que compõem o sistema como: os obstáculos técnicos e legais, estruturas organizacionais deficitárias, entre outros fatores que, requer um comportamento ativo do agente.

Os agentes são motivados de duas formas: *intrínseca* que consiste em realizar-se a partir do momento que cumpre suas funções com êxito propiciando a realização dos outros; e *extrínseca* que representa a imposição externa do ambiente governamental nas suas ações, através de mecanismos de controle que permitam avaliar o desempenho e os resultados alcançados. Enquanto, que os principais (usuários/ cidadãos) são motivados *institucionalmente*, ou seja, exercendo o pleno direito de ser cidadã ou cidadão garantido na Constituição Federal; e *pragmaticamente* que é uma motivação ocasionada pelo ambiente em que o indivíduo encontra-se inserido, pois, é diante desse cotidiano de viver, trabalhar e interagir com o mundo, que ele demanda soluções imediatas para suprir suas necessidades. (RIBEIRO FILHO et.al.2012)

Nesse contexto, a gestão de desempenho ou pautada em resultado pode ser entendida como o conjunto de procedimentos organizados de maneira sistemática com a finalidade de alcançar os resultados almejados, definindo todos os esforços e capacidades necessárias para atingir a meta traçada, levando em consideração todas as variáveis potenciais que possam

interferir no andamento ou implementação das ações, adotando medidas que garantam o êxito na execução das atividades.

3.1.1 *Perspectivas da Gestão Baseada em Resultado*

Diante das atuais mudanças que vem ocorrendo nos mercados globalizados e principalmente com relação aos mecanismos utilizados na organização do setor público, impõem-se a adoção de novas técnicas e elementos que proporcionem melhores formas de controle das ações focalizando o desempenho econômico dos recursos.

O desenvolvimento de um sistema de gestão baseado em resultado, inicia-se por uma análise da organização, identificando o seu ambiente de atuação, os perfis dos usuários e clientes da entidade e suas demandas específicas, bem como os *stakeholders*⁹ que fazem parte da dinâmica operacional da empresa. Através deste processo de análise a entidade produz informações importantes para o cumprimento das suas atribuições, deixando claro qual a sua missão para os colaboradores e para o mercado, e identifica as áreas de responsabilidade objetivando o melhoramento de seu desempenho perante o mercado.

A implantação do sistema de gestão baseado em resultado no setor público (GBRSP), gera alguns benefícios conforme comentam Ribeiro Filho et.al.(2012, p.11) vistos a seguir:

- a) Favorecimento da *accountability* voltada ao público (usuário final dos bens e serviços públicos);
- b) Reforço da cultura da transparência no setor público;
- c) Interligação, em um sistema único, de indicadores financeiros, indicadores físicos e indicadores de resultado e *performance*;
- d) Foco nos impactos transformadores na sociedade, como decorrência das políticas públicas;
- e) Aumento sistemático da eficiência no setor público;
- f) Facilidade de interligação entre entidades do setor público para efetivação de uma rede de prestação de serviços públicos segundo uma perspectiva de eficiência.

⁹ O termo *stakeholders* em português significa público estratégico, também pode ser considerado como a parte interessada ou interveniente.

3.1.2 Indicadores de Qualidade

De modo geral, os indicadores “são atribuições de valor a objetivos, acontecimentos ou situações, de acordo com regras, que possam ser aplicados critérios de avaliação, como, por exemplo, eficácia, efetividade e eficiência”. (MPOG¹⁰, 2009, p.13) Os autores Ribeiro Filho et.al.(2012, p. 11) iram elencar os seguintes tipos de indicadores como:

- a) Indicadores de output/out come: output são definidos como o conjunto de bens e serviços produzidos pela entidade ou produzidos por terceiros, out come são considerados como as consequências ou impactos para a sociedade;
[...]
- b) Indicadores de eficiência e eficácia: [...] refletem o nível de saída (output) do sistema produtivo;
[...]
- c) Indicadores de equidade:[...] refletem o perfil de distribuição dos bens e serviços públicos, do ponto de vista dos seus beneficiários e usuários;
[...]
- d) Indicadores de sustentabilidade:[...] devem refletir a capacidade da organização em manter seu nível de prestação de serviços de forma consistente ao longo do tempo;
[...]
- e) Indicadores de satisfação dos usuários/clientes: representará mais uma fonte de informações sobre a *performance* da organização.
[...]
- f) Indicador de resultado econômico (RE): traduz a diferença entre a receita econômica, mensurada com base no custo de oportunidade, e os custos e despesas efetivos.

Os indicadores, portanto são instrumentos de gestão essenciais às atividades de monitoramento e avaliação do desempenho de governos, políticas, programas e organizações, uma vez que permitem acompanhar o alcance de metas estabelecidas e identificar avanços ou recuos no tratamento de um determinado problema social, de modo a orientar a correção de eventuais causas de problemas de performance na atuação governamental. (MPOG, 2009)

Diante do exposto, pode-se afirmar que os indicadores consistem em instrumentos utilizados para medir e identificar aspectos relacionados a ação ou omissão do Estado nas suas atribuições. Tendo como principal objetivo assistir os agentes públicos, com informações relevantes, fidedignas e tempestivas, para que este possa tomar decisões fundamentais em dados realistas, tomando por base a situação real da sociedade, buscando operacionalizar ações que atendam às necessidades constatadas.

¹⁰ A Sigla MPOGO significa: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Em síntese, indicadores são informações que permitem descrever, classificar, ordenar, comparar ou quantificar de maneira sistemática aspectos de uma determinada realidade, elaborados de forma que atendam às necessidades dos tomadores de decisões. (MPOG, 2012)

3.2 Custos no Setor Público

A introdução do sistema de custo no setor público se dá a partir da crescente necessidade de desenvolver e aprimorar ferramentas que permitam à população avaliar a eficiência da administração pública. Por isso a implantação de um modelo de gestão pública que propicie um controle mais eficiente das ações públicas, mensurando seus custos e benefícios para a sociedade, ressaltando qual o seu papel e importância como agente propulsor na geração de bens e serviços, maximizando a eficiência na utilização dos recursos escassos que dispõe o setor. Dessa forma, à população tem condições de avaliar a eficiência da administração pública e assim ter condições de exigir as correções ou melhorias que jugarem ser necessárias.

Mas, para que os administradores públicos cumpram com as políticas públicas com eficiência, eficácia e efetividade, é necessária uma gama de informações gerenciais fornecidas por indicadores como o de equidade, sustentabilidade entre outros, o que torna o sistema de custos um fator de grande importância para o desenvolvimento da gestão pública. Pois, só através da implantação de um sistema de custos adequado e eficaz, será possível a viabilização de informações úteis para a tomada de decisões dos gestores públicos, possibilitando comparações entre os custos das atividades e os serviços prestados com outras entidades que ofertam os mesmos produtos ou serviços, com o objetivo de conhecer e estimular o desempenho dos gestores públicos.

A implementação do Sistema de Custos no setor público é um dos pressupostos básicos exigidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas no Setor Público, como instrumento indispensável para mensurar a eficiência do gasto público. Para tanto criou-se uma norma específica, aprovada pela Resolução CFC nº 1.366/11, a NBC T 16.11 – Subsistema de Informação de Custos do Setor Público – Norma própria de Custo.

Os autores Machado e Holanda (2012), elencam quais são as principais finalidades do Sistema de Custos no Setor Público, e este pode ser elencado a partir da distinção clássica que divide as finalidades nas grandes dimensões que são: (1) custo para gerenciamento e controle;

(2) custo para decisão; e (3) custo para avaliação de estoque. Também pode-se analisar o sistema de custos por uma ótica mais sintética, na qual as finalidades elencadas serão: (a) maior eficiência do processo alocativo, que irá permitir avaliar se determinados bens ou serviços produzidos pelo governo justificam os custos correspondentes; (b) maior eficiência operacional, que visa a análise comparativa das diversas maneiras diferentes de realizar o mesmo produto com custos mais baixos, o que facilita a identificação de ineficiências e oportunidades na redução dos gastos; e pôr fim a (c) fixação de preços públicos e taxas para os serviços desta natureza, serve para efetuar o cálculo do preço de venda de um determinado produto, neste sentido o conhecimento do custo do produto é fundamental para que se estabeleça um preço justo a pagar.

3.2.1 Características Qualitativas da Informação de Custos

As informações de custos precisam ser dotadas de certas características qualitativas para se adequarem ao planejamento, gerenciamento e controle da gestão. Reforçando essa questão a NBC T 16.11 – Sistema de Informação de Custo do Setor Público, expõem peculiaridades e atributos dos quais as informações de custos precisam se revestir para serem uteis no gerenciamento da gestão, características essenciais para tornar essas informações imprescindíveis no auxílio das tomadas de decisões. Atributos estes que podem ser vistos no quadro abaixo:

Quadro 4 – Atributos da Informação de Custos

Atributos	Definições
Relevância	Aspecto pela qual a qualidade da informação tem de influenciar as decisões de seus usuários;
Utilidade	A informação deve ser útil à gestão tendo a sua relação custo benefício sempre positiva;
Oportunidade	A informação deve estar disponível no momento adequado à tomada de decisão;
Valor social	Deve proporcionar maior transparência e evidenciação do uso dos recursos públicos;

Fidedignidade	Referente à qualidade que a informação tem de estar livre de erros materiais e de juízos prévios, ou seja, deve relatar a veracidade dos fatos indicados;
Especificidade	Atributo que indica que a elaboração das informações de custos deve ser de acordo com a finalidade de cada usuário;
Comparabilidade	Entendida como a qualidade que a informação deve ter de registrar as operações e acontecimentos de forma consistente e uniforme, possibilitando a comparabilidade dos próprios dados em épocas distintas, bem como, com instituições com características parecidas.
Adaptabilidade	Entende-se como a qualidade da informação em detalha-se de acordo as diferentes expectativas e necessidades informacionais das diversas unidades organizacionais e seus respectivos usuários;
Granularidade	Corresponde a capacidade de produzir informações em diferentes níveis de detalhamento, mediante a geração de diferentes relatórios, sem perder o atributo da comparabilidade.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor baseado na NBC T 16.11- Sistema de Informação de Custos do Setor Público.

As informações geradas pelo sistema de custo devem estar revestidas nessas características essenciais, para que o sistema funcione na sua plenitude. Buscando incessantemente por uma gestão mais eficiente dos gastos públicos ou pelo menos uma redução dos desperdícios que vem ocorrendo no decorrer dos tempos. Essas características são fundamentais para garantir que a implantação do controle dos custos não seja feita apenas para cumprir a legislação, mas sim como uma ferramenta de auxílio a gestão.

Para que o sistema de custo do setor público forneça informações relevantes, fidedignas e tempestivas¹¹, e necessário está pautado no regime de competência. Enquanto esse regime não for implantado em sua plenitude na gestão pública, serão necessários alguns ajustes contábeis para transformação das despesas públicas em custos. Esses ajustes contábeis não serão apresentados aqui porque eles variam de acordo com a estrutura organizacional de cada ente público, merecendo tratamento especial para se enquadrarem como custos.

¹¹ Tempestiva quer dizer que é oportuno, ocorre no tempo certo.

3.2.2 Terminologia Básica de Custos

Para a construção do sistema de custo no setor público se faz necessário um elo entre os conceitos de contabilidade governamental aos de custo, possibilitando o uso das informações governamentais nesse processo construtivo.

Martins (2003, pg.24-26) adota a seguinte nomenclatura e classificação para eventos relacionados a custos:

- a) **Gasto** – Compra de um produto ou serviço qualquer, que gera sacrifício financeiro para a entidade (desembolso), sacrifício esse representado por entrega ou promessa de entrega de ativos (normalmente dinheiro).
[...]
- b) **Desembolso** – Pagamento resultante da aquisição do bem ou serviço.
[...]
- c) **Investimento** – Gasto ativado em função da sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a futuro(s) período(s).
[...]
- d) **Custo** – Gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de outros bens e serviços.
[...]
- e) **Despesa** – Bem ou serviço consumido direta ou indiretamente para a obtenção de receitas.
[...]
- f) **Perda** – Bem ou serviço consumidos de forma anormal e involuntária.

Diante do exposto, pode-se observar que a terminologia gasto é um pouco generalista, pois, de acordo com o foco que se deseja analisar pode abranger três conceitos distintos: investimento, custo e despesa. O foco é que vai sinalizar sobre qual desses conceitos o gasto se enquadrará. O investimento e o gasto ativado em virtude da sua vida útil e da sua capacidade de gerar benefícios futuros, portanto, só se considera investimento quando ocorrer registro no ativo, seja ele no circulante, como estoque ou no não circulante, através do imobilizado ou intangível. O Custo pode ser identificado no processo de produção ou prestação, realizando-se ao mesmo tempo que ocorre a produção ou prestação do serviço. Enquanto que a Despesa tem como principal fator, afetar o resultado diretamente. Como pode ser observado na figura abaixo:

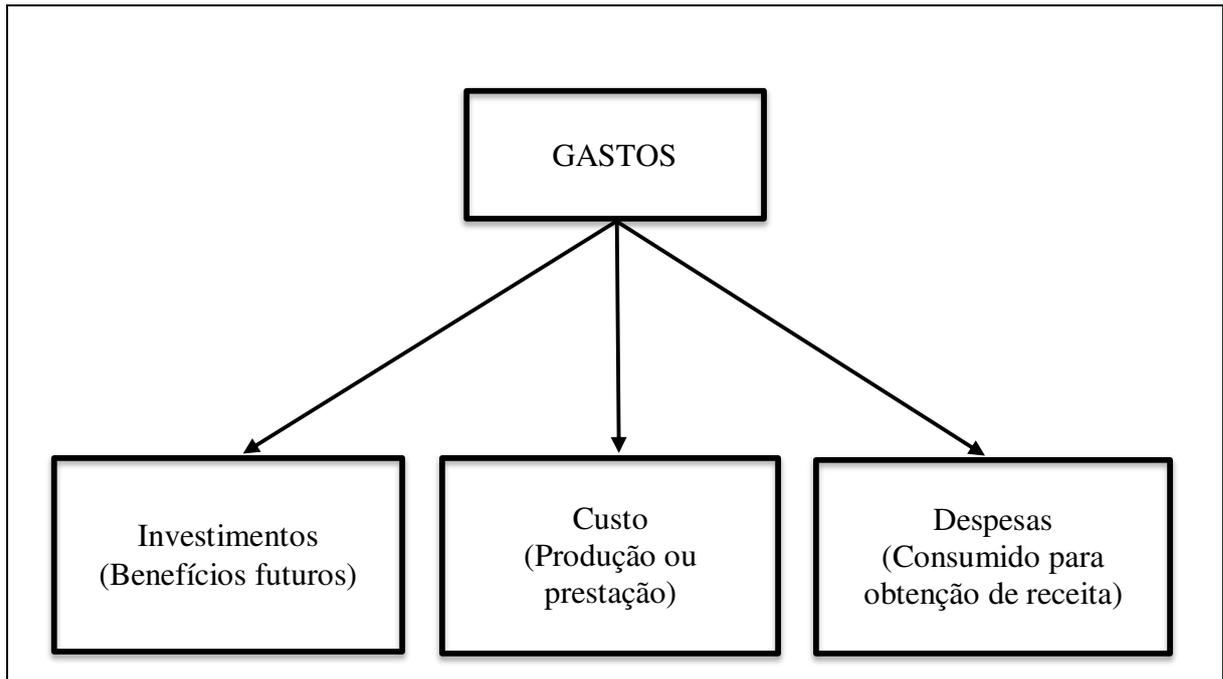


Figura 1 – Esquema básico simplificado de contabilidade de custos
 Fonte: Elaborado pelo próprio autor baseado na obra de Martins (2003).

3.2.3 Sistema de Acumulação de Custos no Setor Público

O setor público tem algumas características e peculiaridades específicas que requerem uma atenção especial quanto ao sistema de acumulação de custos que deve-se adotar. A escolha de um sistema de acumulação em detrimento do outro se dá pela observância e análise das particularidades das atividades ou projetos desenvolvidos.

Basicamente o setor público faculta de dois sistemas para fazer a acumulação dos custos: o sistema de acumulação de custo *por processo* e o sistema de acumulação de custos *por ordem de serviço*.

O sistema de acumulação *por processo* é utilizado para serviços ou produtos de fornecimento típicos do setor, tais como: educação, saúde, segurança pública, defesa nacional entre outros, que tem como característica ser de prestação contínua. Por apresentarem essa característica os custos devem ser acumulados de acordo com a execução do serviço, durante um determinado período de tempo, exemplo: mês, trimestre, semestre, apurando-se o custo unitário do serviço quando comparado o custo total do período pelas unidades produzidas no período.

Já o sistema de acumulação *por ordem de serviço* e indicado para aquelas atividades ou projetos que tem encomenda específica, com datas pré-definidas para início e termino da execução, por exemplo: construir uma ponte, uma escola, um hospital, uma estrada, uma creche entre outras. De acordo com esse sistema os custos vão sendo acumulados gradativamente a execução da ordem até a conclusão da obra, apurando-se o custo total da ordem e unitário se for desejado. (MACHADO E HOLANDA, 2012)

As ações públicas são implementadas através de atividades e projeto, dos quais incorre em custos que precisam ser acumulados no decorrer da execução, portanto pode-se concluir que os custos dos projetos devem ser acumulados por ordem de serviço, e os custos das atividades, acumulados por processo.

3.2.4 Sistemas e Métodos de Custeio no Setor Público

Segundo os autores Machado e Holanda (2012) o sistema de custeio aplicável ao setor público está estruturado nos custos histórico e orçado. O custo histórico se reveste como um instrumento fundamental no processo de integração entre o sistema de custos e os sistemas de orçamento e contabilidade pública. O custo orçado pode ser encontrado através de meras estimativas ou usando o custo-padrão como ferramenta

Por não haver limitação legal quanto ao método de custeio que se deva usar no setor público, torna-se uma tarefa difícil a escolha um método. Visto que há defensores para quase todos. Assim fica em aberto a possibilidade de utilização de qualquer um dos cinco métodos existentes até o presente momento: custeio pleno, por absorção, por atividades, variável e custeio direto.

3.2.4.1 Método de Custeio Direto

O método do custeio direto consiste na apropriação de todos custos sejam eles fixos ou variáveis diretamente aos produtos ou serviços sem a utilização de qualquer tipo de rateio. Essa possibilidade de não utilizar rateios para alocação dos custos diminui consideravelmente o grau de arbitrariedade e imprecisão da informação de custos. Esse método se assemelha

muito com o custeio variável, exceto porque nem todos os custos diretos são variáveis, pois pode ocorrer de ter custos diretos fixos.

Os autores Machado e Holanda (2010) argumentam a favor da adoção desse método, porque ele não contém nenhuma forma de rateio, fato que permite uma melhor análise das políticas públicas e do desempenho dos gestores responsáveis, culminando com o objetivo central do sistema de custo que é a análise de resultado e desempenho.

Outro ponto importante destacado é que esse método já está ramificado no sistema de planejamento, orçamento e contabilização da execução orçamentaria, facilitando a implantação do sistema de custos, pois, as ações do governo são realizadas através de projetos e atividades, os recursos suficientes para sua execução perfeitamente identificável dentro de um espaço organizacional. E por último e não menos importante ressaltam que embora difícil de se quantificar a relação custo-benefício da informação e favorável ao método do custeio direto porquê de certa forma a organização já opera com sistemas parecidos.

3.2.4.2 Método de Custeio Baseado em Atividades

É um método de custeio que procura reduzir as distorções e efeitos causados pelos rateios arbitrários e subjetivos dos custos indiretos. Partindo do pressuposto que não são os produtos ou serviços que consomem os recursos e sim as atividades, desenvolveu-se mecanismos que permitissem identificar como essas atividades utilizam esses recursos, os chamados *direcionadores de custos de recursos*, para posteriormente identificar de que forma os produtos ou serviços consomem estas atividades, nomeando-os de *direcionadores de custos de atividades*, estabelecendo uma relação clara entre a atividade e os produtos.

Segundo Martins (2003, p.93):

Uma atividade é uma ação que utiliza recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros para se produzirem bens ou serviços. É composta por um conjunto de tarefas necessárias ao seu desempenho. As atividades são necessárias para a concretização de um processo, que é uma cadeia de atividades correlatas, inter-relacionadas.

Portanto, através do ABC pode-se avaliar como os recursos são consumidos nas atividades, e qual a relação destas atividades na distribuição dos custos totais. Fornecendo subsídios para identificação daquelas atividades que não agregam valor aos produtos ou

serviços, e conseqüentemente impulsionando melhorias no desempenho e na produtividade das ações.

Esse método é considerado uma poderosa ferramenta de gestão, pois, concentra-se sobre a capacidade ociosa e com as atividades quem não agregam valor, procurando soluções para minimizar os desperdícios e eliminar as atividades desnecessárias.

A adoção do método de Custeio Baseado em Atividade no Setor Público em um primeiro instante não apresentaria grandes dificuldades, já que as ações governamentais são pautadas em atividades ou projetos, elementos-chaves para o sistema de orçamento e contabilidade.

Mas, vale ressaltar que a implantação desse método resultará em alguns contratempos como a identificação das atividades, tempo de execução, intensivo treinamento para padronizar os critérios adotados nos órgão ou centros de custos, tempo para estabilização do sistema no longo prazo, geração de informações em grande escala impossibilitando a análise pelos órgãos gestores centrais da esfera governamental, entre outras, razões pela a qual dificulta a implantação de um sistema integrado entre custo, orçamento e contabilidade.

3.3 Desenvolvimento da Escola Pública no Brasil

3.3.1 Breve Histórico do Desenvolvimento da Escola no Brasil.

As primeiras impressões acerca da história do desenvolvimento educacional brasileiro reportam-se a era colônia, quando se iniciam as primeiras relações entre o Estado e a Educação, por meio dos jesuítas, liderados pelo jesuíta Manuel de Nóbrega, com as reformas instauradas pelo Marques de Pombal, passou a ser instituído o ensino público, devido à expulsão dos jesuítas, os conteúdos passaram a basear-se nas Cartas Régias. (SAVIANI, 2002)

Durante o século XIX, políticos e reformadores sociais conseguiram implantar a concepção de escola, tal como a conhece hoje, apresentando a ideia de que a comunidade local, a família e a igreja eram obstáculos para o que concebiam como progresso político e social.

Ocorreram muitas mudanças até chegar à pedagogia que temos hoje. O planejamento educacional tem se modificado muito, mais a educação continua a possuir as mesmas características. A Educação Brasileira foi notável em cada período, e teve características próprias, no progresso da nação, relacionado ao avanço científico-tecnológico, e no aspecto da construção do discurso pedagógico.

Na Modernidade nos deparamos com a ascensão de uma nova classe social e o estabelecimento de um novo modelo econômico – o capitalismo –, que norteiam os novos rumos da sociedade ocidental. A concepção burguesa e o mundo capitalista irão acirrar as disputas e as desigualdades entre as classes sociais e o ensino cada vez mais será um divisor de águas.

A escola que conhecemos hoje foi colocada em prática por ideais responsáveis pelo modelo de cidadania divulgada no século XIX, adotados na sociedade brasileira a partir do regime republicano.

3.3.2 Educação nos Dias Atuais

Ao tratarmos do setor educacional brasileiro tal como se conhecer hoje é necessário lembrar que só em meados do século XX é que o processo de expansão da escolarização no Brasil começou e que seu crescimento, no âmbito público de ensino só foi iniciado no fim dos anos 1970 e início dos anos 80. (SCHWARTZMAN, 2005)

Mas, segundo dados do PISA (2012) (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) o Brasil hoje ocupa a posição 53 em uma lista de 65 países avaliados entre outros, dados alarmantes referentes ao ensino brasileiro, pois mesmo com o programa social que incentivou a matrícula de 98% de crianças entre 6 e 12 anos, 731 mil crianças ainda estão fora da escola (IBGE). O analfabetismo funcional de pessoas entre 15 e 64 anos foi registrado em 28% no ano de 2009 (IBOPE); 34% dos alunos que chegam ao 5º ano de escolarização ainda não conseguem ler (Todos pela Educação); 20% dos jovens que concluem o ensino fundamental, e que moram nas grandes cidades, não dominam o uso da leitura e da escrita (Todos pela Educação).

Então após dados tão preocupantes surge a seguinte indagação de quem será a culpa desta evolução tão negativa de nossa educação ou precária no setor educacional brasileiro?

Muito então, poderiam pensar assim “se a sociedade tal como conhecemos hoje evolui em níveis tão rápidos, a escola também deveria seguir essa mesma evolução”, porém os avanços no setor educacional ocorreram de forma tardia, não acompanhando os avanços tecnológicos da sociedade, seguindo ainda o senso lógico outros poderiam “culpar” os professores.

Dessa forma os docentes passam a ser alvos de críticas ou mesmo acabam por ficar em meio a um fogo cruzado de críticas entre a sociedade e o sistema educacional que cobra cada vez mais trabalhos dos professores, como se a educação por si só pudesse resolver todos os problemas sociais.

Mas para que esse “jogo de empurra – empurra” termine é necessário que a sociedade deixe de lado a errônea crença de que apenas as atitudes do professor irão mudar a aprendizagem do aluno, outro fato importante é deixar de oferecer um processo de atualização feita de cima para baixo, e se converter em um verdadeiro processo de aprendizagem, como um ganho individual e coletivo, e não como uma agressão.

3.3.3 Gasto Público em Educação

Embora o Brasil possua uma obrigatoriedade na disponibilização de recursos para a educação instituído por força de lei, conforme estabelecido no Art. 212 da Constituição Federal de 1988, na qual se especifica que a educação básica é de inteira responsabilidade dos estados e municípios, devendo estes investirem no mínimo 25% dos impostos arrecadados no sistema educacional. Apesar dessa obrigatoriedade prevista em lei, os recursos são distribuídos e aplicados de forma irregular não atendendo aos objetivos e anseios da sociedade, ocasionando efeitos que prejudicam o desenvolvimento das atividades ministradas pelos professores. Com essa má utilização dos recursos problemas passados persistem a existir na educação brasileira, tais como: falta de estrutura adequada (escolas sucateadas, falta de equipamentos, infraestrutura precária entre outros), salários baixos, desvalorização do docente, falta de incentivo ao ensino, entre outros fatores. Mas o Brasil vem tentando elevar seu sistema educacional a um nível de desempenho que seja satisfatório para as condições de um país em desenvolvimento. Para isso criou em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que normatizou as diretrizes da educação brasileira, na qual os municípios ficaram responsáveis pelo ensino infantil e o ensino fundamental como prioridade,

enquanto que assegurar a oferta do fundamental e fornecer o ensino médio como prioridade ficou sob a competência dos estados e Distrito Federal.

Pesando em melhorar a distribuição dos recursos que conforme os dados consolidados e levantados em 2007, representou 3,9% do PIB nacional, valor elevado que se à semelha a quantia média investida, pelos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que é composta pelas 30 nações mais desenvolvidas do mundo. Diante disso, é necessários mecanismos que ajudem nessa redistribuição equitativa dos recursos destinados à educação básica, para elevar os resultados alcançados por tais recursos, o governo criou alguns mecanismos para cumprir suas funções com mais eficiência. Em 1996 criou o Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), que tinha como ponto principal criar um fundo fiscal em cada estado para distribuir os recursos no estado e seus municípios de acordo com o número de alunos matriculados no ensino fundamental local. Estabeleceu também o gasto mínimo por aluno nacional devendo ser observado por cada estado. E através da Emenda Constitucional que criou o Fundef determinou que 60% dos recursos do fundo se destina-se ao pagamento dos salários dos docentes.

Apesar dos avanços alcançados no ensino fundamental em decorrência da implantação do Fundef, esse mecanismo criou algumas dificuldades para a expansão de toda a educação básica. Visto que a distribuição dos recursos só abrangia o ensino fundamental, deixando de lado a educação infantil, o ensino médio e a educação de jovens e adultos (EJA). Para corrigir essas eventuais distorções o governo criou em 2007 o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Que consiste em um fundo de recursos para financiamento da educação idêntico ao Fundef, mantendo os mesmos pressupostos e objetivos, destacando-se com relação a abrangência. Enquanto o Fundef só atendia o ensino fundamental, o Fundeb contempla toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação para jovens e adultos), sendo esta uma característica relevante porque possibilita uma melhor distribuição dos recursos de maneira equitativa entre os níveis de ensino.

Outra iniciativa foi o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) que ao contrário do Fundeb onde os recursos são transferidos para as redes municipais e estaduais de ensino, o PDDE repassa recursos diretamente para as escolas. Criado em 1995 para prestar assistência financeira, em caráter suplementar, à rede de ensino da educação básica e escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos.

Além de outros instrumentos utilizados para melhorar o desempenho do sistema educacional brasileiro como o Bolsa Escola Federal para agir junto a demanda. Posteriormente o Bolsa Escola foi combinado com outros programas de suplementação de renda para criação do Bolsa Família.

Embora seja constatado que houve um aumento do gasto com educação, não necessariamente implica dizer que a qualidade do ensino melhorou. Segundo dados do INEP-MEC em (2009), foram gastos, no Brasil, em média, R\$ 2.972 por estudante da educação básica, mas outro dado chamou atenção, foi o gasto público por estudante no ensino superior foi aproximadamente de R\$ 15.582, representando uma disparidade enorme na distribuição dos recursos entre os níveis de ensino do país. Dados que requerem uma atenção especial das esferas governamentais, para implantação de novas políticas públicas que atendam níveis desejáveis no desenvolvimento educacional brasileiro, contemplando todas as esferas de ensino.

3.3.4 *Fundeb*

Criado pela Ementa Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb veio para ampliar o atendimento nos serviços educacionais, contemplando toda a educação básica com uma melhor alocação dos recursos. É um fundo especial, de natureza contábil formado por recursos das três esferas de governo: Federal, Estadual e Municipal.

Os recursos arrecadados são provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. Havendo uma complementação com recursos federais sempre que o estado não alcance o valor mínimo por aluno, que é definido nacionalmente. Todos os recursos adquiridos são aplicados exclusivamente na educação básica independentemente da sua origem.

Esse fundo tem prazo de vigência pré-estabelecido para um período de 14 anos contados a partir de 2007, ano da sua implantação, que começou em 1º de janeiro e foi concluído em 2009. Quando o este atingiu um nível de 20% no percentual de contribuição dos

estados, DF e municípios e o número total de alunos matriculados na rede pública foi considerado na distribuição dos recursos. Os recursos são distribuídos de acordo com o número de alunos matriculados na educação básica, informado pelo último censo escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC).

Dentre as atribuições competentes ao Fundeb, considera-se manutenção e desenvolvimento do ensino os seguintes aspectos: remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação; aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino; uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino; levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando essencialmente ao aprimoramento da qualidade e a expansão do ensino; realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino; concessão de bolsas de estudos a alunos de escolas públicas e privadas; amortização e custeio de operações de créditos; aquisição de material didático-escolar e manutenção de programa de transporte escolar.

Diante dessas inúmeras atribuições salienta-se para uma em especial, a do cálculo do custo por aluno anual, principalmente a estimativa para o ano posterior, que depois do levantamento do número de alunos matriculados, realizado pelas secretarias de educação de cada estado e retificados alguns erros, os dados finais do Censo Escolar são publicados em caráter definitivo e utilizados para cálculo dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundeb para o ano seguinte. (FUNDEB, 2008)

4 ESTUDO DE CASO

4.1 Análise dos Resultados

Os dados foram analisados através da comparação entre os resultados obtidos na aplicação dos questionários destinados aos alunos e aos professores da referida escola em estudo. Indicando qual a frequência, porcentagem, percentual válido e porcentagem cumulativa para cada questão. A análise dos resultados será apresentada na sequência.

4.1.1 Concepção dos Alunos

Questão 1 – Existe disponibilização de computadores como incentivo a inclusão digital:

A primeira questão está voltada para a parte referente a inclusão dos alunos no mundo digital, indagando se a escola lhes oferece computadores suficientes para que possam estudar e fazer suas pesquisas em horários opostos aos que estivessem em sala de aula, ou que o professor pudesse leva-los para dar suas aulas tendo como instrumento de trabalho a internet.

Tabela 1 – Resultados para a questão 1:

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Cumulativa
Não respondeu	1	0,9	0,9	0,9
Concordo Fortemente	3	2,8	2,8	3,7
Concordo	11	10,2	10,2	13,9
Neutro	16	14,8	14,8	28,7
Discordo	23	21,3	21,3	50,0
Discordo Fortemente	54	50,0	50,0	100,0
Total	108	100,0	100,0	

Fonte: o autor, a partir das respostas dos questionários.

O que se pode observar foi que de um total de 108 respondentes, 93 optaram por alternativas que sinalizam a opção negativa, (neutro, discordo e discordo fortemente) que representou cerca 86,1% do total. Demonstrando que a instituição não fornece condições para

os alunos se atualizarem e acompanharem as mudanças do mundo globalizado, visto que não lhes oferece subsídios para se adaptarem ao processo de inclusão digital, deixando de interagir com outros meios e conseguirem novos conhecimentos.

Questão 2 – A instituição distribui materiais didáticos, fardamento a fim de dar subsídio à aprendizagem do aluno:

A segunda questão está direcionada ao setor didático-pedagógico da escola, foi perguntado aos discentes se a mesma os fornecia os subsídios necessários como o fardamento, livros e material didático para que estes pudessem estudar com uma melhor qualidade.

Tabela 2 – Resultados da questão 2:

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Cumulativa
Concordo Fortemente	63	58,3	58,3	58,3
Concordo	37	34,3	34,3	92,6
Neutro	4	3,7	3,7	96,3
Discordo	3	2,8	2,8	99,1
Discordo Fortemente	1	0,9	0,9	100,0
Total	108	100,0	100,0	

Fonte: o autor, a partir das respostas dos questionários.

Observa-se que nesta questão de um total de 108 alunos questionados, 100 estudantes responderam de forma afirmativa (concordo fortemente e concordo), que juntas somam 92,6% do total. Indicando que sim, a escola fornece os subsídios que são por lei obrigatórios a cada aluno, o que demonstra o cumprimento da legislação e sua preocupação com o desenvolvimento intelectual de seus alunos.

Questão 3 - Promove ações de incentivo a prática de esportes:

Em nossa terceira pergunta, permeia o universo das disciplinas escolares que são ofertadas na escola, mas especificamente a de educação física. Perguntamos aos alunos se haviam projetos ou ações que incentivassem a prática de algum esporte.

Tabela 3 – Resultados da questão 3:

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Cumulativa
Não respondeu	3	2,8	2,8	2,8
Concordo Fortemente	18	16,7	16,7	19,4
Concordo	44	40,7	40,7	60,2
Neutro	14	13,0	13,0	73,1
Discordo	15	13,9	13,9	87,0
Discordo Fortemente	14	13,0	13,0	100,0
Total	108	100,0	100,0	

Fonte: o autor, a partir das respostas dos questionários.

O que se pode observa foi que dos 108 participantes do questionário, 62 alunos elegeram as alternativas que tendem para a parte positiva (concordo fortemente e concordo), que juntas totalizam cerca 57,4 % do total. O que demonstra que a escola está preocupada em fornecer a prática esportiva como instrumento educacional visando o desenvolvimento integral das crianças, jovens e adolescentes, capacitando o sujeito a lidar com suas necessidades, desejos e expectativas, bem como, com as necessidades, expectativas e desejos dos outros, de forma que o mesmo possa desenvolver as competências técnicas, sociais e comunicativas, essenciais para o seu processo de desenvolvimento individual e social.

Questão 4 – Proporciona atividades extraclasse como; visitas, excursões, passeios, a fim de despertar o interesse pela pesquisa:

Esta questão está voltada para as práticas pedagógicas na escola, foi perguntado aos alunos se estes tinham aulas fora do ambiente escolar que estão acostumados, se iam a outros locais ou até mesmo outras cidades, com a finalidade de estudarem, ou até mesmo aprimorarem temas vistos em sala, os instigando a pesquisar e adquirir novos saberes.

Tabela 4 – Resultados da questão 4:

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Cumulativa
Não respondeu	1	0,9	0,9	0,9
Concordo Fortemente	10	9,3	9,3	10,2
Concordo	13	12,0	12,0	22,2
Neutro	21	19,4	19,4	41,7
Discordo	32	29,6	29,6	71,3
Discordo Fortemente	31	28,7	28,7	100,0
Total	108	100,0	100,0	

Fonte: o autor, a partir das respostas dos questionários.

O que pode-se verificar é que 84 de um total de 108 alunos, optaram por alternativas que tendem para o lado negativo (neutro, discordo e discordo fortemente), que perfazem aproximadamente 77,7 % do total. Fazendo-nos perceber que a escola ainda não investe neste setor que atualmente está em uma alta crescente, uma vez que, os alunos não se sentem proativos dos portões para fora, pois, este ambiente para eles é corriqueiro. Por isso é necessário que as escolas aproveitem algumas oportunidades para realizar as chamadas “aulas extraclasse”. Além de deixar o aprendizado mais dinâmico, os alunos podem conhecer e conviver mais de perto com vários assuntos trabalhados com os professores nas salas de aula.

Questão 5- Promove ações de incentivo ao aluno:

Nesta pergunta os alunos foram indagados a responderem se a escola desenvolve projetos políticos-pedagógicos que os estimulem a ler, escrever e desenvolver outras habilidades dentro do ambiente escolar.

Tabela 5 – Resultados da questão 5:

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Cumulativa
Não respondeu	2	1,9	1,9	1,9
Concordo Fortemente	33	30,6	30,6	32,4
Concordo	56	51,9	51,9	84,3
Neutro	8	7,4	7,4	91,7
Discordo	6	5,6	5,6	97,2
Discordo Fortemente	3	2,8	2,8	100,0
Total	108	100,0	100,0	

Fonte: o autor, a partir das respostas dos questionários.

Obteve-se o seguinte resultado 89 alunos responderam de forma positiva (concordo e concordo fortemente) a esta pergunta, correspondendo a 82,5% do total. Portanto, a escola promove ações voltadas para melhora a qualidade do ensino. Pois, a proposta de se trabalhar com projetos e promover ações voltadas ao alunado é justamente a de proporcionar um ambiente favorável ao saber.

Questão 6- A merenda escolar tem um cardápio satisfatório:

Nesta pergunta os alunos foram indagados a responder sobre a alimentação que lhes é ofertada pela escola, se realmente atende as necessidades específicas do alunado.

Tabela 6 – Resultados da questão 6:

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Cumulativa
Concordo Fortemente	10	9,3	9,3	9,3
Concordo	31	28,7	28,7	38,0
Neutro	34	31,5	31,5	69,4
Discordo	24	22,2	22,2	91,7
Discordo Fortemente	9	8,3	8,3	100,0
Total	108	100,0	100,0	

Fonte: o autor, a partir das respostas dos questionários.

O que pode-se verificar é que 67 alunos, optaram pelas alternativas de negação (neutro, discordo e discordo fortemente), traçando uma perspectiva negativa com relação a alimentação que lhes é fornecida, perfazendo um total de 62% dos respondentes. O que demonstra que a escola não está fornecendo uma alimentação satisfatória a seus alunos, aspecto que precisa de uma atenção especial da administração responsável pela elaboração do cardápio, para ofertar uma alimentação rica em nutrientes, que lhes forneçam mais energia para aprenderem e por conseguinte obterem um melhor rendimento em sala de aula.

Questão 7- Articula iniciativas específicas para alunos com baixo rendimento escolar:

Assim como a questão anterior está também é voltada para o projeto político-pedagógico da escola, na qual, os alunos foram perguntados se a instituição de ensino oferecia atividades específicas para os alunos que apresentam um baixo índice de rendimento escolar.

Tabela 7 – Resultados da questão 7:

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Cumulativa
Não Respondeu	1	0,9	0,9	0,9
Concordo Fortemente	27	25,0	25,0	25,9
Concordo	45	41,7	41,7	67,6
Neutro	15	13,9	13,9	81,5
Discordo	11	10,2	10,2	91,7
Discordo Fortemente	9	8,3	8,3	100,0
Total	108	100,0	100,0	

Fonte: o autor, a partir das respostas dos questionários.

De um total de 108 alunos questionados, 72 alunos optaram por alternativas positivas (concordo fortemente e concordo), perfazendo cerca de 66,7 % do total. Sinalizando que a escola oferece iniciativas direcionadas aos alunos que apresentam um baixo rendimento

escolar, mostrando que estão preocupados com o ensino que está sendo ofertado e estimula o alunado para diminuir o índice de evasão escolar que muitas das vezes ocorrem por parte do aluno ao perceber que não conseguirá passar de ano e repetirá a mesma série no próximo ano.

Questão 8 – A merenda escolar é preparada em um ambiente limpo:

Nesta questão se indaga aos alunos sobre o ambiente no qual é preparada a alimentação escolar, bem como os cuidados dos funcionários encarregados desta atividade no manuseio e preparo dos alimentos servidos.

Tabela 8 – Resultados da questão 8:

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Cumulativa
Não respondeu	1	0,9	0,9	0,9
Concordo Fortemente	45	41,7	41,7	42,6
Concordo	42	38,9	38,9	81,5
Neutro	13	12,0	12,0	93,5
Discordo	6	5,6	5,6	99,1
Discordo Fortemente	1	0,9	0,9	100,0
Total	108	100,0	100,0	

Fonte: o autor, a partir das respostas dos questionários.

De acordo com as respostas dos 108 respondentes, percebeu-se que 87 alunos escolheram opções que evidenciam uma resposta positiva a questão indagada (concordo fortemente e concordo) correspondendo 80,6% do total. Diante desses resultados pode-se afirmar que, a merenda escolar é cuidada com higiene, o que mais uma vez ressalta o comprometimento da escola com sua missão institucional.

Questão 9 - A quantidade de salas e banheiros construídos são suficientes para o montante de alunos matriculados:

Nesta questão foi abordado aspectos referentes a infraestrutura básica da instituição, com o propósito de averiguar se a mesma possui uma estrutura mínima para a prática pedagógica, como números de salas e banheiros condizentes com o montante de alunos matriculados no educandário.

Tabela 9 – Resultados da questão 9:

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Cumulativa
Concordo Fortemente	20	18,5	18,5	18,5
Concordo	24	22,2	22,2	40,7
Neutro	36	33,3	33,3	74,1
Discordo	23	21,3	21,3	95,4
Discordo Fortemente	5	4,6	4,6	100,0
Total	108	100,0	100,0	

Fonte: o autor, a partir das respostas dos questionários.

Diante das respostas obtidas, notou-se que dos 108 respondentes 64 se alternaram entre alternativas negativas (neutro, discordo e discordo fortemente). Mostrando que há uma infraestrutura precária para a prática pedagógica, já que 59,2% dos alunos estão insatisfeitos com a estrutura que os abriga atualmente. Dados que revelam a necessidade de uma reforma e ampliações da estrutura básica da instituição.

Questão 10 – Os equipamentos (retroprojeter, computadores, data show, quadro, carteiras, etc.) disponíveis para desenvolvimento das aulas, são suficientes e adequadas as necessidades da instituição:

Neste questionamento procura-se investigar se os equipamentos disponibilizados pela escola como quadros, carteiras, retroprojeter, computadores, entre outros são suficientes e adequados a prática docente.

Tabela 10 – Resultados da questão 10:

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Cumulativa
Não Respondeu	1	0,9	0,9	0,9
Concordo Fortemente	4	3,7	3,7	4,6
Concordo	38	35,2	35,2	39,8
Neutro	19	17,6	17,6	57,4
Discordo	25	23,1	23,1	80,6
Discordo Fortemente	21	19,4	19,4	100,0
Total	108	100,0	100,0	

Fonte: o autor, a partir das respostas dos questionários.

Apesar de não ser uma unanimidade a maioria dos alunos optaram por alternativas negativas a questão, do total dos 108 respondentes, aproximadamente 66 se distribuíram em alternativas de negação (não respondeu, neutro, discordo e discordo fortemente), resultado que evidencia a falta de equipamentos essenciais a prática docente, fato que deve ser

analisado e solucionado pela instituição o mais rápido possível, já que são condições mínimas para a prestação de um ensino de qualidade.

Questão 11- A instituição possui biblioteca e disponibiliza a quantidade de livros que atende à demanda dos alunos, oferecendo acesso à informação e cultura, proporcionando uma melhor qualidade na aprendizagem:

Em consonância com a pergunta anterior referente os equipamentos que a escola disponibiliza para os professores ministrarem suas aulas, nesta pergunta os alunos foram perguntados se existia uma biblioteca com uma quantidade adequada de livros que atendessem as necessidades dos educandos, os propiciando uma inserção maior ao universo da leitura, escrita e cultural.

Tabela 11 – Resultados da questão 11:

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Cumulativa
Não Respondeu	1	0,9	0,9	0,9
Concordo Fortemente	9	8,3	8,3	9,3
Concordo	17	15,7	15,7	25,0
Neutro	40	37,0	37,0	62,0
Discordo	30	27,8	27,8	89,8
Discordo Fortemente	11	10,2	10,2	100,0
Total	108	100,0	100,0	

Fonte: o autor, a partir das respostas dos questionários.

Após da tabulação das respostas pode-se observar que dos 108 educandos que responderam a esta pergunta, 82 alunos responderam de forma negativa (não respondeu, neutro, discordo e discordo fortemente), correspondendo aproximadamente a 76% do total. O que mostra que a escola não oferece uma biblioteca adequada para atender às necessidades mínimas dos alunos no tocante a pesquisa, incentivo à leitura e inserção no mundo cultural.

Questão 12- A rede de abastecimento hídrico e rede elétrica atende as necessidades da instituição:

Nesta questão foi perguntado aos alunos se o abastecimento hídrico e elétrico atende as necessidades mínimas de todos, professores, funcionários e alunos que compõem a instituição de ensino.

Tabela 12 – Resultados da questão 12:

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Cumulativa
Concordo Fortemente	32	29,6	29,6	29,6
Concordo	44	40,7	40,7	70,4
Neutro	14	13,0	13,0	83,3
Discordo	15	13,9	13,9	97,2
Discordo Fortemente	3	2,8	2,8	100,0
Total	108	100,0	100,0	

Fonte: o autor, a partir das respostas dos questionários.

De acordo com as respostas dos 108 respondentes, percebeu-se que 76 alunos escolheram opções que evidenciam uma resposta positiva a questão indagada (concordo fortemente e concordo) correspondendo a 70,3 % do total. O que nos leva a conclusão que a escola neste ponto atende de maneira satisfatória a todo o corpo estudantil que a compõe.

Questão 13- Possui quadra poliesportiva:

Nossa décima terceira pergunta, permeia o universo da disciplina escolar referente à Educação Física. Perguntamos aos alunos se havia um local adequado para a prática destas aulas, ou até mesmo, para que em um momento de lazer estes alunos tivessem um local específico para recrearem.

Tabela 13 – Resultados da questão 13:

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Cumulativa
Não Respondeu	2	1,9	1,9	1,9
Concordo Fortemente	3	2,8	2,8	4,6
Neutro	5	4,6	4,6	9,3
Discordo	7	6,5	6,5	15,7
Discordo Fortemente	91	84,3	84,3	100,0
Total	108	100,0	100,0	

Fonte: o autor, a partir das respostas dos questionários.

Neste quesito as respostas foram quase unânimes, pois dos 108 respondentes 105 sinalizaram para alternativas negativas (não respondeu, neutro, discordo e discordo fortemente), correspondendo a 97,2% dos indagados. Evidenciando que a escola possui uma infraestrutura deficitária já que não dispõem de uma quadra poliesportiva para seus alunos. Fato que afeta negativamente a instituição já que não disponibiliza de um local adequado para as aulas de educação física, tendo que remanejar estes para outro local para que possam praticar atividades físicas e recreativas.

Questão 14 – A instituição tem infraestrutura adequada para receber a instalação de laboratórios de informática:

Na décima quarta pergunta os alunos foram indagados a responder se a instituição questionada oferece um ambiente adequado para a implantação de um laboratório de informática.

Tabela 14 – Resultados da questão 14:

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Cumulativa
Concordo Fortemente	8	7,4	7,4	7,4
Concordo	12	11,1	11,1	18,5
Neutro	14	13,0	13,0	31,5
Discordo	33	30,6	30,6	62,0
Discordo Fortemente	41	38,0	38,0	100,0
Total	108	100,0	100,0	

Fonte: o autor, a partir das respostas dos questionários.

Com relação a esta pergunta obtemos o seguinte resultado, dos 108 alunos que responderam o questionário, 88 sinalizaram para as alternativas negativas (neutro, discordo e discordo fortemente), o que corresponde a 81,5 % do total de entrevistados. Evidenciando que a escola não possui uma infraestrutura adequada para comportar um laboratório de informática, o que acaba por prejudicar o alunado, uma vez que, hoje este é um dos recursos mais importantes dentro do ambiente escolar, pois, propicia aos alunos novos meios de aprender, que não sejam o quadro, o giz e os livros.

Questão 15 – Existem cantina, e quantidades de filtros, bebedouros adequados ao número de alunos:

Dando continuidade aos questionamentos referentes a infraestrutura da escola, foi perguntado aos alunos se a mesma possui ambiente adequado e equipamentos suficientes para atender a demanda de alunos que estão matriculados nesta instituição de ensino.

Tabela 15 – Resultados da questão 15:

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Cumulativa
Concordo Fortemente	6	5,6	5,6	5,6
Concordo	30	27,8	27,8	33,3
Neutro	33	30,6	30,6	63,9
Discordo	27	25,0	25,0	88,9
Discordo Fortemente	12	11,1	11,1	100,0
Total	108	100,0	100,0	

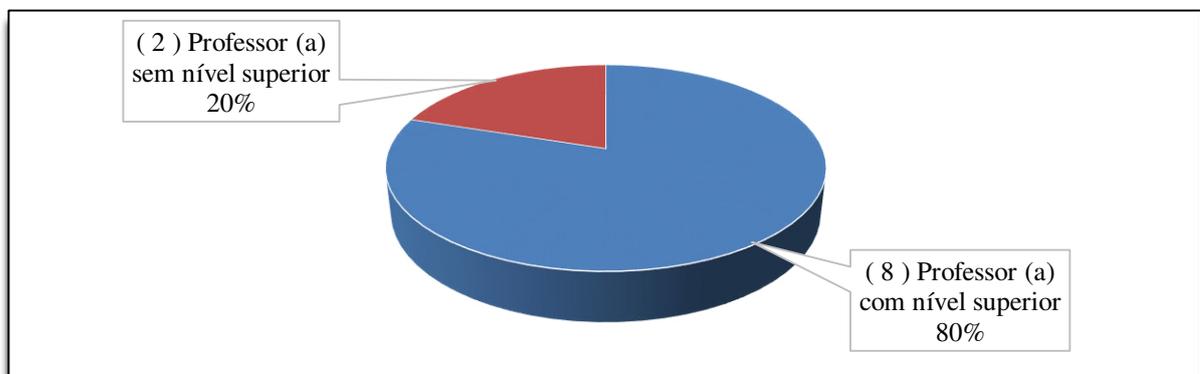
Fonte: o autor, a partir das respostas dos questionários.

Após a análise dos dados pode-se constatar que 72 dos respondentes optaram pelas alternativas negativas (neutro, discordo e discordo fortemente), o que totalizam aproximadamente cerca de 66,7% de um total de 108 entrevistados. Fato que demonstra que a escola não possui um ambiente adequado para a preparação da alimentação escolar, nem dispõe de filtros e bebedouros suficientes para atender o número de alunos matriculados.

4.1.2 Concepção dos Professores

Questão 1 – Você é?

Na primeira questão foi perguntado qual o nível de formação de cada docente, se eles tinham nível superior ou não.

Gráfico 1 – Resultados da questão 1:

Fonte: o autor, a partir das respostas dos questionários.

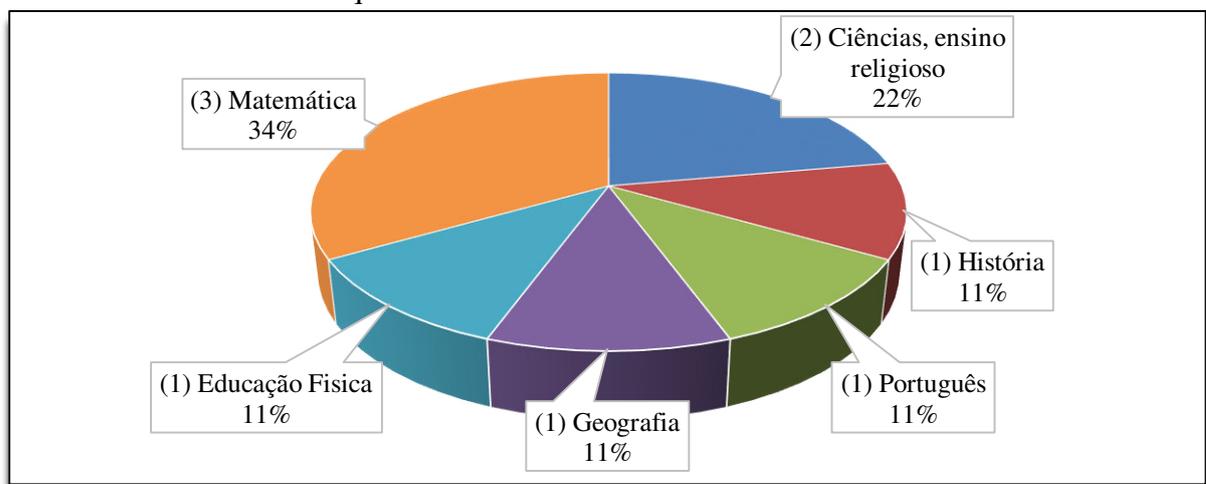
Diante do resultado obtido, observa-se que 80% dos respondentes tem um curso superior completo, ou seja, 8 dos 10 indagados são graduados em determinadas áreas.

Resultado expressivo mais não tranquilizador por que há outros docentes atuando sem possuir uma graduação adequada para desempenhar a função.

Questão 2 – Quais disciplinas você leciona como professor do ensino fundamental?

Na segunda questão foi perguntado qual as disciplinas que os docentes lecionam no ensino fundamental e obteve-se o seguinte resultado:

Gráfico 2 – Resultados da questão 2:



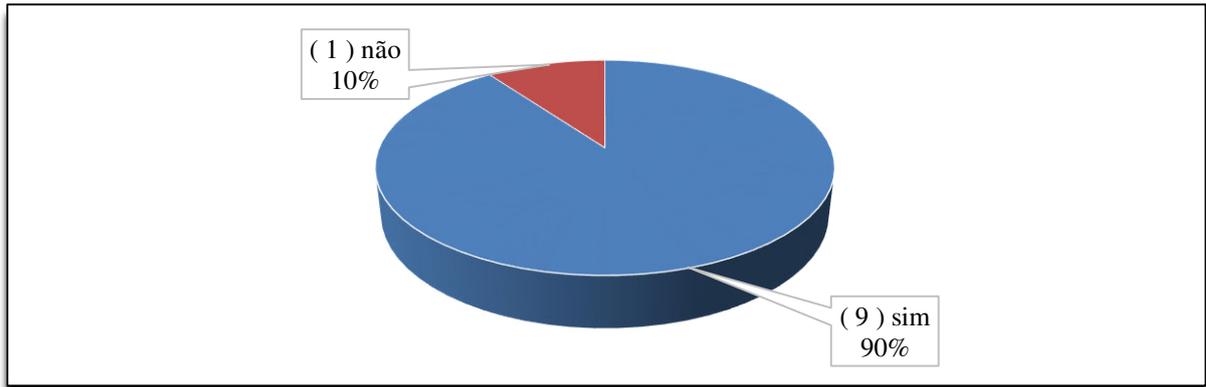
Fonte: o autor, a partir das respostas dos questionários.

De acordo com o resultado exposto, nota-se que dos 10 respondentes a questão a maioria foi de Matemática com 34%, seguido de perto por Ciências e Ensino Religioso com 22% e distribuindo-se o restante de forma igualitária entre História, Português, Geografia e Educação Física com 11% cada.

Questão 3 – A disciplina que você leciona condiz com o curso ou especialização que você tem?

Esta pergunta foi para identificar se os docentes atuam conforme suas habilidades e formação, lecionando de acordo com suas capacidades e técnicas.

Gráfico 3 – Resultados da questão 3:



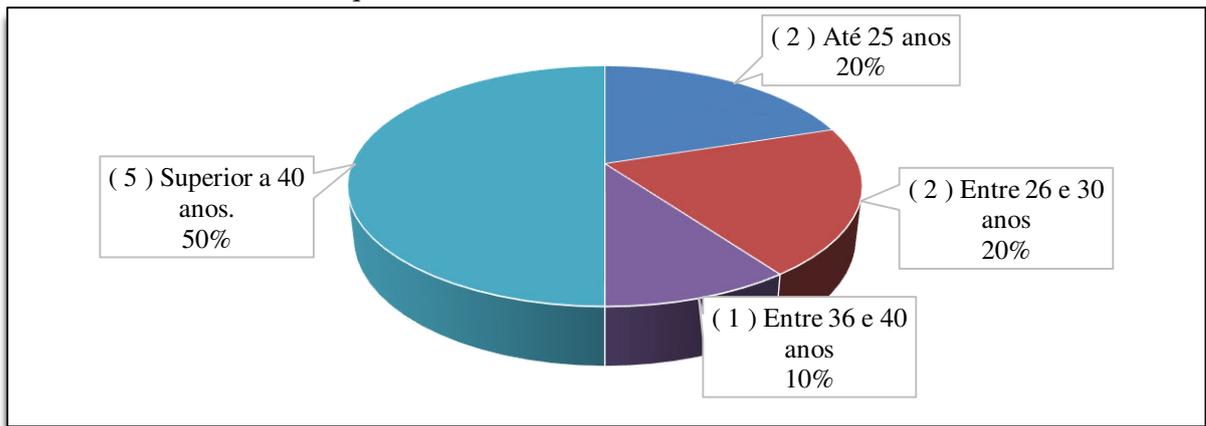
Fonte: o autor, a partir das respostas dos questionários.

Como resultado obteve-se uma resposta positiva a indagação, pois dos 10 respondentes 90% responderam que sim, indicando que atuam conforme sua formação, habilidades e técnicas.

Questão 4 – Qual a sua faixa etária?

Nesta questão foi perguntado qual a faixa etária média dos professores que atuam na instituição em estudo.

Gráfico 4 – Resultados da questão 4:



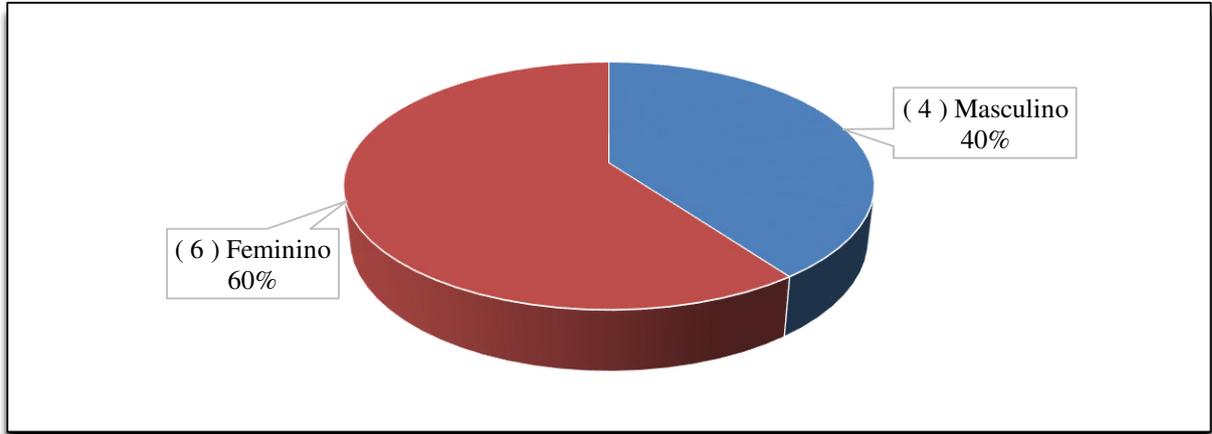
Fonte: o autor, a partir das respostas dos questionários.

Diante do resultado, observa-se que metade dos professores, cerca de 50% dos respondentes tem idade superior a 40 anos de idade, enquanto que os demais entrevistados se dividiram em até 25 anos com 20%, entre 26 e 30 com 20% e por fim entre 36 e 40 com 10%.

Questão 5 – Sexo?

Neste quesito foi indagado qual o sexo dos respondentes ao questionário aplicado.

Gráfico 5 – Resultados da questão 5:



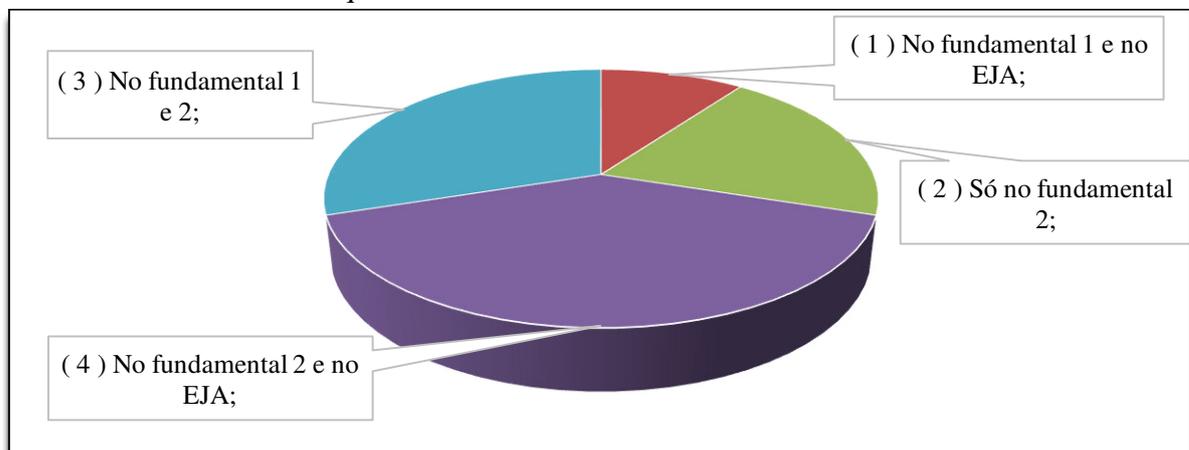
Fonte: o autor, a partir das respostas dos questionários.

Como resultados obteve-se que, 60% dos 10 respondentes são do sexo feminino, enquanto que os demais cerca de 40% são do sexo masculino.

Questão 6 – Você leciona em quais áreas:

Diante dos três segmentos que a escola disponibiliza: fundamental 1 e 2 e o EJA (Educação para Jovens e Adultos), foi perguntado em qual desses segmentos os docentes atuavam, se em apenas um, ou em ambos.

Gráfico 6 – Resultados da questão 6:



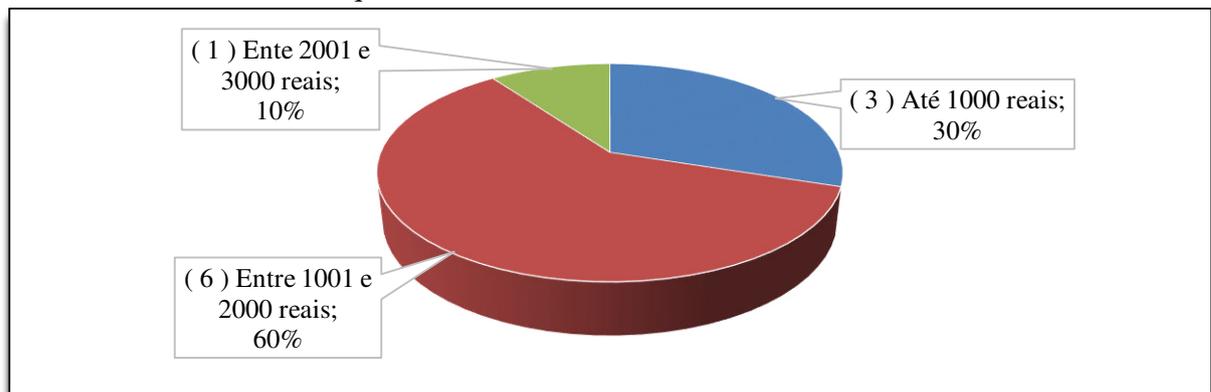
Fonte: o autor, a partir das respostas dos questionários.

Conforme as respostas, nota-se uma distribuição dos docentes entre os três segmentos observados, pois 40% indicaram que atuam no fundamental 2 e no EJA, 30% responderam que lecionam no fundamental 1 e 2, 20% só no fundamental 2 e os 10% restantes atuam no fundamental 1 e no EJA.

Questão 7 – Qual o valor do seu rendimento mensal em R\$:

Nesta questão foi perguntado qual um valor médio dos rendimentos salariais dos docentes da instituição.

Gráfico 7 – Resultados da questão 7:



Fonte: o autor, a partir das respostas dos questionários.

O resultado foi o seguinte: dos 10 respondentes 6 recebem um valor que se situa entre 1.001,00 e 2.000,00 reais, 3 recebem uma quantia até 1.000,00 reais e apenas 1 tem um rendimento entre 2.001,00 e 3.000,00 reais. Esses dados reforçam o que se houve na mídia atualmente, que a classe docente continua desprestigiada e desvalorizada pelo agente público.

Questão 8 – Existe uma política de reciclagem aos professores a fim de aperfeiçoar a qualidade de ensino:

Na oitava pergunta foi perguntado ao corpo docente se o governo estadual oferece programas de formação continuada, para que estes possam aprimorar os seus conhecimentos.

Tabela 16 – Resultados da questão 8:

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Cumulativa
Concordo Fortemente	2	20,0	20,0	20,0
Concordo	4	40,0	40,0	60,0
Neutro	3	30,0	30,0	90,0
Discordo	1	10,0	10,0	100,0
Total	10	100,0	100,0	

Fonte: o autor, a partir das respostas dos questionários.

Como respostas a esse quesito obteve-se que dos 10 respondentes 6 deles sinalizaram por alternativas positivas (concordo fortemente e concordo), equivalendo a 60% do total. Isso revela que o agente público está preocupado e empenhado no melhoramento do nível da educação básica, ofertando cursos e incentivando os docentes a se manterem atualizados e bem preparados para as mudanças atuais.

Questão 9 – Existe programa de financiamento para material didático como: notebook, livros, apostilas e outros recursos afins:

Na pergunta de número 9 (nove) do questionário dirigido aos professores lhes foi indagado se existiria por parte do órgão governamental, programas que lhes permitisse o financiamento para a compra de bens duráveis.

Tabela 17 – Resultados da questão 9:

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Cumulativa
Concordo Fortemente	2	20,0	20,0	20,0
Concordo	3	30,0	30,0	50,0
Discordo	3	30,0	30,0	80,0
Discordo Fortemente	2	20,0	20,0	100,0
Total	10	100,0	100,0	

Fonte: o autor, a partir das respostas dos questionários.

De acordo com as respostas obtidas nessa questão pode-se observa um empasse, pois dos 10 professores respondentes 5 optaram por alternativas positivas (concordo fortemente e concordo) e os outros 5 por alternativas negativas (discordo e discordo fortemente), o que totaliza um empate técnico 50% para cada lado. Nessa situação não pode-se afirmar ou deixa de afirmar nada, visto o nível de indefinição que se obteve nas respostas.

Questão 10 – Existe alguma ajuda de custo a fim de propiciar material didático:

Nesta pergunta os professores teriam que responder se eles recebiam em forma de dinheiro alguma quantia que fosse destinada para a compra de materiais como xérox, apostilas e outros materiais afins, para serem distribuídos aos alunos quanto para o uso dos próprios docentes.

Tabela 18 – Resultados da questão 10:

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Cumulativa
Concordo	4	40,0	40,0	40,0
Neutro	3	30,0	30,0	70,0
Discordo	2	20,0	20,0	90,0
Discordo Fortemente	1	10,0	10,0	100,0
Total	10	100,0	100,0	

Fonte: o autor, a partir das respostas dos questionários.

Analisando os resultados, pode-se perceber que do total dos 10 respondentes 6 escolheram opções negativas (neutro, discordo, discordo fortemente), ou seja, 60% do total indicam que não recebem nenhuma ajuda de custo para adquirir material didático, necessário para uma melhor exposição e compreensão dos conteúdos ministrado aos discentes.

Questão 11 – Você está satisfeito com o salário que se recebe:

Esta pergunta está voltada para a remuneração que o corpo docente da escola analisada recebe, se eles estão satisfeitos ou não.

Tabela 19 – Resultados da questão 11:

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Cumulativa
Neutro	4	40,0	40,0	40,0
Discordo	5	50,0	50,0	90,0
Discordo Fortemente	1	10,0	10,0	100,0
Total	10	100,0	100,0	

Fonte: o autor, a partir das respostas dos questionários.

Neste quesito todos os respondentes sinalizam para opções de negação (neutro, discordo e discordo fortemente), ou seja, 100% dos docentes não estão satisfeitos com a remuneração que recebem, fato que merece uma análise do agente público para averiguar o motivo da insatisfação por parte do corpo docente.

Questão 12 – O fator motivador do professor está mais relacionado a uma questão moral do que ao seu salário:

Nesta pergunta gostaríamos de saber dos professores se a motivação que eles têm para ensinar estaria pautada no fator renumeração ou numa questão moral, ou seja, se optaram por esta carreira por estarem preocupados em formar cidadãos conscientes e atuantes.

Tabela 20 – Resultados da questão 12:

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Cumulativa
Concordo Fortemente	3	30,0	30,0	30,0
Concordo	5	50,0	50,0	80,0
Neutro	1	10,0	10,0	90,0
Discordo Fortemente	1	10,0	10,0	100,0
Total	10	100,0	100,0	

Fonte: o autor, a partir das respostas dos questionários.

Após analisar os resultados pode-se averiguar que dos 10 indagados no questionário 8 optaram por alternativas positivas (concordo fortemente e concordo), ou seja, 80% dos respondentes indicaram que sim, que o fator motivador de ser professor está ligado a uma questão moral e não ao fator salarial, fato que pode ser ainda mais bem visto na questão anterior onde todos responderam que não estão satisfeitos com o seu salário mas nem por isso deixaram de lecionar.

Questão 13 – Ao se capacitar, você o faz com o objetivo de melhorar de emprego e salário:

Na décima terceira pergunta os docentes foram indagados a responderem se ao fazerem parte dos cursos de formação continuada o objetivo está voltado a melhoria do seu emprego e por consequência uma melhor remuneração.

Tabela 21 – Resultados da questão 13:

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Cumulativa
Concordo Fortemente	2	20,0	20,0	20,0
Concordo	6	60,0	60,0	80,0
Neutro	1	10,0	10,0	90,0
Discordo Fortemente	1	10,0	10,0	100,0
Total	10	100,0	100,0	

Fonte: o autor, a partir das respostas dos questionários.

Conforme as respostas sinalizadas pelos docentes, percebe-se que 8 dos 10 indagados escolheram opções positivas (concordo fortemente e concordo), portanto 80% dos respondentes indicam que se capacitam com objetivo de melhorar de emprego e remuneração, já que não estão satisfeitos com a situação na qual se encontram.

Questão 14 – Você acha que sua capacidade condiz com a situação de emprego na qual você se encontra hoje:

Nesta pergunta os professores respondem se atuam nas áreas de sua formação ou se estão lecionando em uma área que não condiz com o seu grau de formação acadêmica.

Tabela 22 – Resultados da questão 14:

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Cumulativa
Concordo Fortemente	1	10,0	10,0	10,0
Concordo	5	50,0	50,0	60,0
Neutro	3	30,0	30,0	90,0
Discordo	1	10,0	10,0	100,0
Total	10	100,0	100,0	

Fonte: o autor, a partir das respostas dos questionários.

De acordo com os resultados 6 dos 10 docentes escolheram alternativas positivas (concordo fortemente e concordo), ou seja, 60% do total responderam que atuam de acordo com suas capacidades técnicas, desempenhando funções condizentes com suas habilidades.

Questão 15 – A quantidade de salas e banheiros construídos são suficientes para o montante de alunos matriculados:

Nesta questão foi abordado aspectos referente a infraestrutura básica da instituição, com o propósito de averiguar se a mesma possui uma estrutura mínima para a prática pedagógica, como números de salas e banheiros condizentes com o montante de alunos matriculados no educandário.

Tabela 23 – Resultados da questão 15:

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Cumulativa
Concordo	1	10,0	10,0	10,0
Neutro	1	10,0	10,0	20,0
Discordo	8	80,0	80,0	100,0
Total	10	100,0	100,0	

Fonte: o autor, a partir das respostas dos questionários.

Diante das respostas obtidas, notou-se um consenso com relação a essa questão, pois dos 10 respondentes 9 optaram por alternativas negativas (neutro e discordo) ou seja, 90% dos indagados não estão satisfeitos com a infraestrutura da escola. Mostrando que há uma infraestrutura deficitária e incompatível com o número de alunos matriculados no educandário atualmente.

Questão 16 – Os equipamentos (retroprojektor, computadores, data show, quadro, carteiras, etc.) disponíveis para desenvolvimento das aulas, são suficientes e adequadas as necessidades da instituição:

Neste questionamento procura-se investigar se os equipamentos disponibilizados pela escola como quadros, carteiras, retroprojektor, computadores, entre outros são suficientes e adequados a pratica docente.

Tabela 24 – Resultados da questão 16:

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Cumulativa
Neutro	2	20,0	20,0	20,0
Discordo	4	40,0	40,0	60,0
Discordo Fortemente	4	40,0	40,0	100,0
Total	10	100,0	100,0	

Fonte: o autor, a partir das respostas dos questionários.

Pode-se notar nos resultados uma unanimidade, já que todos os 10 professores optaram por alternativas negativas a questão, (neutro, discordo e discordo fortemente), resultado que evidencia a falta de equipamentos essenciais e primordiais a pratica docente, fato que deve ser analisado e solucionado pela instituição o mais rápido possível, já que são condições mínimas para a prestação de um ensino de qualidade.

Questão 17 – A instituição possui biblioteca e disponibiliza a quantidade de livros que atende à demanda dos alunos, oferecendo acesso à informação e cultura, proporcionando uma melhor qualidade na aprendizagem:

Em consonância com a pergunta anterior referente os equipamentos que a escola disponibiliza para os professores ministrarem suas aulas, nesta pergunta os docentes foram perguntados se existia uma biblioteca com uma quantidade adequada de livros que atendesse as necessidades dos educandos, os propiciando uma inserção maior ao universo da leitura, escrita e cultural.

Tabela 25 – Resultados da questão 17:

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Cumulativa
Neutro	3	30,0	30,0	30,0
Discordo	5	50,0	50,0	80,0
Discordo Fortemente	2	20,0	20,0	100,0
Total	10	100,0	100,0	

Fonte: o autor, a partir das respostas dos questionários.

Assim como na questão anterior nota-se nos resultados uma unanimidade, já que todos os 10 professores optaram por alternativas negativas a questão, (neutro, discordo e discordo fortemente), resultado que mostra que a instituição não dispõe de uma biblioteca adequada para seus alunos, faltando um ambiente propício para pesquisas e estudos bem como material pedagógico para suprir a demanda estudantil.

Questão 18 – A rede de abastecimento hídrico e rede elétrica atende as necessidades da instituição:

Ainda sobre a parte de infraestrutura básica da escola, foi perguntado aos docentes se o abastecimento hídrico e elétrico atende as necessidades mínimas de todos, professores, funcionários e alunos que compõe a instituição de ensino.

Tabela 26 – Resultados da questão 18:

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Cumulativa
Concordo	2	20,0	20,0	20,0
Neutro	3	30,0	30,0	50,0
Discordo	5	50,0	50,0	100,0
Total	10	100,0	100,0	

Fonte: o autor, a partir das respostas dos questionários.

De acordo com as respostas dos 10 respondentes, percebeu-se que 8 docentes escolheram opções que evidenciam uma negativa a questão indagada (neutro e discordo) correspondendo a 70% do total. O que nos leva a conclusão que a escola neste ponto não atende de maneira satisfatória a todos os integrantes que a compõe.

Questão 19 – Possui quadra poliesportiva:

Nossa décima nona pergunta, permeia o universo da disciplina escolar referente à Educação Física. Perguntamos aos professores se havia um local adequado para a prática destas aulas, ou até mesmo, para que em um momento de lazer os alunos tivessem um local específico para recrearem.

Tabela 27 – Resultados da questão 19:

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Cumulativa
Discordo Fortemente	10	100,0	100,0	100,0

Fonte: o autor, a partir das respostas dos questionários.

Neste quesito as respostas foram unânimes, pois todos os 10 respondentes sinalizaram negativamente (discordo fortemente), correspondendo a 100% dos indagados, evidenciando que a escola possui uma infraestrutura deficitária já que não dispõem de uma quadra poliesportiva para seus alunos. Fato que afeta negativamente a instituição já que não disponibiliza de um local adequado para as aulas de educação física, tendo que remaneja estes para outro local para que possam praticar atividades físicas e recreativas.

Questão 20 – A instituição tem infraestrutura adequada para receber a instalação de laboratórios de informática:

Na vigésima pergunta os docentes foram indagados a responder se a instituição questionada oferece um ambiente adequado para a implantação de um laboratório de informática.

Tabela 28 – Resultados da questão 20:

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Cumulativa
Neutro	1	10,0	10,0	10,0
Discordo	5	50,0	50,0	60,0
Discordo Fortemente	4	40,0	40,0	100,0
Total	10	100,0	100,0	

Fonte: o autor, a partir das respostas dos questionários.

Com relação a esta pergunta obteve-se o seguinte resultado, todos os 10 docentes que responderam ao questionário sinalizaram para as alternativas negativas (neutro, discordo e discordo fortemente), o que corresponde a 100 % do total de entrevistados. Evidenciando que a escola não possui uma infraestrutura adequada para comportar um laboratório de informática, o que acaba por prejudicar ao alunado, uma vez que hoje este é um dos recursos mais importantes dentro de ambiente escolar, pois propicia a estes novos meios de aprender, que não sejam o quadro, o giz e os livros.

Questão 21 – Existem, cantina, e quantidades de filtros, bebedouros adequados ao número de alunos:

Dando continuidade aos questionamentos referentes a infraestrutura da escola, foi perguntado aos professores se a mesma possui ambiente adequado e equipamentos suficientes para atender a demanda de alunos que estão matriculados nesta instituição de ensino.

Tabela 29 – Resultados da questão 21:

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Cumulativa
Discordo Fortemente	2	20,0	20,0	20,0
Discordo	4	40,0	40,0	60,0
Neutro	1	10,0	10,0	70,0
Concordo	3	30,0	30,0	100,0
Total	10	100,0	100,0	

Fonte: o autor, a partir das respostas dos questionários.

Após a análise dos dados pode-se constatar que 7 dos respondentes optaram pelas alternativas negativas (neutro, discordo e discordo fortemente), o que totaliza um percentual

de 70% de um total de 10 respondentes. Fato que demonstra que a escola não possui um ambiente adequado para a preparação da alimentação escolar, nem dispõe de filtros e bebedouros em número suficientes para atender os alunos matriculados.

4.1.3 Custo por Aluno

Para o cálculo do custo por aluno foi feito um levantamento dos gastos e despesas totais incorridos no decorrer do ano de 2012. Buscou-se na prestação de contas anual da escola bem como em fontes alternativas, os valores referentes a merenda escola e despesas de custeio e capital, enquanto que, os valores relacionados com a folha de pagamento não foram possíveis encontrá-los em uma fonte hábil para o trabalho. Em decorrência do problema citado é que tentou-se realizar as entrevistas com os funcionários da escola em questão, considerando-os como uma fonte mas fidedigna para a obtenção desta informação.

Processo este que não surtiu o resultado desejado, pois muitos dos funcionários que foram entrevistados se absterão de dar esta informação.

Informando- nos apenas que seus rendimentos eram compostos por um piso salarial de aproximadamente R\$ 960,00 com algumas bonificações de acordo com a política institucional da organização. Agora vamos as tabelas com os gastos e despesas totais:

Os gastos com alimentação escolar para o ano de 2012 foram o seguinte:

Tabela 30 – Merenda Escolar

Gastos com Alimentação	
Mês	Valor Monetário
Janeiro	0,00
Fevereiro	
Março	6.330,00
Abril	
Maiο	
Junho	
Julho	3.216,00
Agosto	
Setembro	3.408,00
Reforço (Mais Educ.)	820,00
Outubro	5.208,00
Novembro	3.408,00
Dezembro	3.408,00
Reforço (Mais Educ.)	3.585,90
Total	29.383,90

Fonte: Elaborado pelo próprio autor com base na prestação de contas de 2012.

A tabela 30 tem como função discriminar os gastos com a alimentação escolar no ano de 2012 na instituição de ensino supracitada. Obedecendo a seguinte forma de discriminação dos dados: os meses de janeiro e fevereiro de 2012 não consta valores referentes a estes pois a escola estava em recesso.

Os meses subsequentes do ano de 2012 compõem a base dos valores utilizado para o cálculo do custo por aluno. Os meses de março, abril, maio e junho totalizaram uma quantia de R\$ 6.330,00, julho e agosto somaram R\$ 3.216,00, setembro foi R\$ 3.408,00, mais um reforço do programa Mais Educação no valor de R\$ 820,00, outubro foi R\$ 5.208,00, novembro com R\$ 3.408,00 e dezembro com R\$ 3.408,00 mais um reforço do programa Mais Educação no valor de R\$ 3.585,00. Por fim realizou-se o cálculo do total que compõem a base de cálculo para a apuração do custo por aluno da escola, o valor total encontrado foi de R\$ 29.383,90.

Na sequência são apresentados os gastos com a folha de pagamento (salários e encargos) dos profissionais responsáveis pelo funcionamento da instituição. Na tabela 31 são elencados os valores referentes a remuneração dos professores:

TABELA 31 – Gastos com Docentes

Valores Monetários (em R\$)				
	Denominação dos Custos	Mensal	Anual	12+1 Salário
Professores do Fundamental Menor	Professor (a) 1	960,00	11.520,00	12.480,00
	Professor (a) 2	960,00	11.520,00	12.480,00
	Professor (a) 3	960,00	11.520,00	12.480,00
	Professor (a) 4	960,00	11.520,00	12.480,00
	Professor (a) 5	960,00	11.520,00	12.480,00
	Professor (a) 6	960,00	11.520,00	12.480,00
	Professor (a) 7	960,00	11.520,00	12.480,00
	Professor (a) 8	960,00	11.520,00	12.480,00
	Professor (a) 9	960,00	11.520,00	12.480,00
Professores do Fundamental Maior	Professor (a) 10	960,00	11.520,00	12.480,00
	Professor (a) 11	960,00	11.520,00	12.480,00
	Professor (a) 12	960,00	11.520,00	12.480,00
	Professor (a) 13	960,00	11.520,00	12.480,00
	Professor (a) 14	960,00	11.520,00	12.480,00
	Professor (a) 15	960,00	11.520,00	12.480,00
	Professor (a) 16	960,00	11.520,00	12.480,00
	Professor (a) 17	960,00	11.520,00	12.480,00
	Professor (a) 18	960,00	11.520,00	12.480,00
	Professor (a) 19	960,00	11.520,00	12.480,00
	Professor (a) 20	960,00	11.520,00	12.480,00
	Professor (a) 21	960,00	11.520,00	12.480,00
	Professor (a) 22	960,00	11.520,00	12.480,00
	Professor (a) 23	960,00	11.520,00	12.480,00
	Professor (a) 24	960,00	11.520,00	12.480,00
	Professor (a) 25	960,00	11.520,00	12.480,00
	Professor (a) 26	960,00	11.520,00	12.480,00
	Professor (a) 27	960,00	11.520,00	12.480,00
	Professor (a) 28	960,00	11.520,00	12.480,00
	Professor (a) 29	960,00	11.520,00	12.480,00
TOTAL		27.840,00	33.4080,00	361.920,00

Fonte: Elaborado pelo próprio autor com base na prestação de contas de 2012.

Na tabela 32 são discriminados os salários dos servidores administrativos, serviços gerais e diretoria:

TABELA 32 - Gastos com Pessoal Administrativos, Serviços Gerais Efetivos e Diretoria

Valores Monetários (em R\$)			
Denominação dos Custos	Mensal	Anual	12+1 Salário
Funcionário 1	724,00	8.688,00	9.412,00
Funcionário 2	724,00	8.688,00	9.412,00
Funcionário 3	724,00	8.688,00	9.412,00
Funcionário 4	724,00	8.688,00	9.412,00
Funcionário 5	724,00	8.688,00	9.412,00
Funcionário 6	724,00	8.688,00	9.412,00
Funcionário 7	724,00	8.688,00	9.412,00
TOTAL	5.068,00	60.816,00	65.884,00

Fonte: Elaborado pelo próprio autor com base na prestação de contas de 2012.

E para encerra esta parte dos gastos com folha de pagamento tem a tabela 33 que evidência os gastos com o pessoal terceirizado:

TABELA 33 - Gastos com Serviços Gerais Terceirizados

Valores Monetários (em R\$)			
Denominação dos Custos	Mensal	Anual	12+1 Salário
Funcionário 1	724,00	8.688,00	9.412,00
Funcionário 2	724,00	8.688,00	9.412,00
Funcionário 3	724,00	8.688,00	9.412,00
Funcionário 4	724,00	8.688,00	9.412,00
Funcionário 5	724,00	8.688,00	9.412,00
Funcionário 6	724,00	8.688,00	9.412,00
Funcionário 7	724,00	8.688,00	9.412,00
Funcionário 8	724,00	8.688,00	9.412,00
Funcionário 9	724,00	8.688,00	9.412,00
Funcionário 10	724,00	8.688,00	9.412,00
Funcionário 11	724,00	8.688,00	9.412,00
Funcionário 12	724,00	8.688,00	9.412,00
TOTAL	8.688,00	104.256,00	112.944,00

Fonte: Elaborado pelo próprio autor com base na prestação de contas de 2012.

Os gastos com despesas de custeio e capital foram discriminados na tabela 34 como pode ser visto a baixo:

TABELA 34 - Outros Gastos Totais (Despesas com Custeio e Capital)

Valores Monetários (em R\$)		
Denominação dos Custos	Mensal	Anual
Material de expediente		2980,43
Aquisição de bens permanentes		600,00
Água	100,00	1.200,00
Luz	100,00	1.200,00
Telefone		
Internet	65,00	780,00
Manutenção do prédio		
TOTAL		6760,43

Fonte: Elaborado pelo próprio autor com base na prestação de contas de 2012.

Por fim, foi realizado o cálculo do custo por aluno no ano de 2012 na instituição, como pode ser observado na tabela abaixo:

TABELA 35 – Custo por Aluno em 2012

Custo total	576.892,33
Número de alunos matriculados	282
Custo por aluno anual	2.045,71
Número de meses	12
Custo por aluno mensal	170,47

Fonte: Elaborado pelo próprio autor com base nos dados expostos nas tabelas anteriores.

De acordo com o resultado encontrado pode-se perceber que a escola ultrapassou um pouco a meta estipulada para o ano de 2012, que segundo dados do Fundeb os valores estimados do custo aluno de 2012 foi de R\$ 1.867,16 anual, ou seja, R\$ 155,60 mensal. Tomado por base valores médios, obteve-se que o custo por aluno anual da escola foi de R\$ 2.045,717 resultando em um custo mensal 170,47. Para esse cálculo foram utilizados os dados com gastos referentes a merenda, gastos com docentes e encargos sociais, gastos com pessoal administrativos, serviços gerais efetivos e diretoria, gastos com serviços gerais terceirizados e outros gastos totais (despesas com custeio e capital), que totalizaram um valor de R\$ 576892,33 dividido pelo número de alunos matriculados, encontrou-se o custo aluno anual e depois dividido pelos 12 meses do ano encontrou-se o valor do custo por aluno mensal. Vale salientar que o cálculo foi realizado com valores estimados por isso não deve-se generalizar o resultado como absoluto, visto o alto grau de incerteza dos dados coletados.

4.1.4 Análise Comparativa da Eficiência X Custo

Neste tópico buscou-se resumir os resultados encontrados de forma simplificada, enfatizando quais os níveis de concordância ou discordância para cada questionamento proposto, extraindo o ponto de vista e opinião dos respondentes quanto a esses aspectos, coletando informações qualitativas quanto a eficiência do agente público. Posteriormente, realizou-se a confrontação dessas informações qualitativas com os dados quantitativos para verificar há eficiência dos gastos estatais com a educação.

Os quadros a seguir apresentam uma síntese das respostas obtidas na aplicação dos questionários, estando distribuído da seguinte forma: o quadro 5 retrata as questões específicas do questionário aplicado aos alunos, que se referia diretamente a parte pedagógica da escola; no quadro 6 analisou-se as questões específicas aos professores, referentes as condições propícias ao ensino; e na última parte o quadro 7 apresenta parte dos questionários que eram similares a ambos os respondentes, indagando sobre aspectos da infraestrutura básica da instituição.

Quadro 5 – Resumo dos Níveis de Respostas dos Questionários específicos aos alunos:

Questões	Descrição	Níveis de Concordância ou Discordância
	Questões Específicas aos Alunos:	
Q1	Existe disponibilização de computadores como incentivo a inclusão digital:	Nível de discordância acima de 85%.
Q2	A instituição distribui materiais didáticos, fardamento a fim de dar subsídio à aprendizagem do aluno:	Nível de concordância acima de 90%.
Q3	Promove ações de incentivo a prática de esportes:	Nível de concordância acima de 55%.
Q4	Proporciona atividades extraclasse como; visitas, excursões, passeios, a fim de despertar o interesse pela pesquisa:	Nível de discordância acima de 75%.
Q5	Promove ações de incentivo ao aluno:	Nível de concordância acima de 80%.
Q6	A merenda escolar tem um cardápio satisfatório:	Nível de discordância acima de 60%.
Q7	Articula iniciativas específicas para alunos com baixo rendimento escolar:	Nível de concordância acima de 65%.
Q8	A merenda escolar é preparada em um ambiente limpo:	Nível de concordância acima de 80%.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor baseado nas respostas dos questionários.

Conforme o quadro do resumo dos níveis de respostas dos questionários, observou-se que na parte referente as condições pedagógicas de incentivo aos alunos, constatou-se uma manifestação positiva aos questionamentos levantados, visto que das 8 (oitos) questões, os informantes assinalaram positivamente em 5 (cinco) delas, todas com nível de concordância acima de 55%. Cabendo destacar aqui que houve questões com níveis de concordância acima de 90%.

Quadro 6 – Resumo dos Níveis de Respostas dos Questionários específicos aos professores:

Questões	Descrição	Níveis de Concordância ou Discordância
Q1	Você é? () Professor (a) com nível superior () Professor (a) sem nível superior	80% tem nível superior, enquanto que 20% não tem.
Q2	Quais disciplinas você leciona como professor do ensino fundamental?	34% matemática, 22% ciências e ensino religioso e 11% para história, português geografia e educação física.
Q3	A disciplina que você leciona condiz com o curso ou especialização que você tem?	90% responderam que sim, restando só 10% com não.
Q4	Qual a sua faixa etária?	20% até 25 anos; 20% entre 26 e 30 anos; 10% entre 36 e 40 anos e 50% tem idade superior a 40 anos
Q5	Sexo?	60% do sexo feminino e 40% do sexo masculino
Q6	Você leciona em quais áreas:	10% no fundamental 1 e EJA; 20% só no fundamental 2; 40% no fundamental 2 e no EJA e 30% no fundamental 1 e 2.
Q7	Qual o valor do seu rendimento mensal em R\$:	30% até R\$ 1.000,00; 60% entre R\$ 1.001,00 e 2.000,00 e 10% entre R\$ 2.001,00 e 3.000,00.
Q8	Existe uma política de reciclagem aos professores a fim de aperfeiçoar a qualidade de ensino:	Nível de concordância em 60%.
Q9	Existe programa de financiamento para material didático como: notebook, livros, apostilas e outros recursos afins:	Indefinido
Q10	Existe alguma ajuda de custo a fim de propiciar material didático:	Nível de discordância em 60%.
Q11	Você está satisfeito com o salário que se recebe:	Nível de discordância em 100%.
Q12	O fator motivador do professor está mais relacionado a uma questão moral do que ao seu salário:	Nível de concordância em 80%.
Q13	Ao se capacitar, você o faz com o objetivo de melhorar de emprego e salário:	Nível de concordância em 80%.
Q14	Você acha que sua capacidade condiz com a situação de emprego na qual você se encontra hoje:	Nível de concordância em 60%.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor baseado nas respostas dos questionários.

Neste quadro tem-se exposto uma síntese dos níveis das respostas dos professores para as questões voltadas as condições propícias ao ensino, nessa etapa as 7 (sete) primeiras questões são de caráter individual de cada docente, buscando identificar o perfil de cada respondente. Diante dos resultados observou-se que 80% tem nível superior, a maioria são professores de matemática 34%, cerca de 90% lecionam de acordo com o curso ou especialização que possuem, 50% tem idade superior a 40 anos de idade, 60% são do sexo feminino, 40% ensinam no fundamental 2 e no EJA e 60% tem rendimentos salariais entre R\$ 1.001,00 e 2.000,00.

Nas questões referentes as condições propicias ao ensino quanto a capacitação, notou-se que os docentes responderam positivamente aos questionamentos, já que das 7 (sete) questões propostas, 4 (quatro) obtiveram níveis de concordância acima de 60%, restando 1 (um) item indefinido e outros 2 (dois) discordados.

Quadro 7 – Resumo dos Níveis de Respostas dos Questionários referente a infraestrutura da escola, aplicado a alunos e professores:

Questões	Descrição: questões similares a ambos os respondentes:	Alunos x Professores
Q9/Q15	A quantidade de salas e banheiros construídos são suficientes para o montante de alunos matriculados:	Nível de discordância acima de 55%. / Nível de discordância em 90%.
Q10/Q16	Os equipamentos (retroprojeto, computadores, data show, quadro, carteiras, etc.) disponíveis para desenvolvimento das aulas, são suficientes e adequadas as necessidades da instituição:	Nível de discordância acima de 60%. / Nível de discordância em 100%.
Q11/Q17	A instituição possui biblioteca e disponibiliza a quantidade de livros que atende à demanda dos alunos, oferecendo acesso à informação e cultura, proporcionando uma melhor qualidade na aprendizagem:	Nível de discordância em 75%. / Nível de discordância em 100%.
Q12/Q18	A rede de abastecimento hídrico e rede elétrica atende as necessidades da instituição:	Nível de concordância acima de 70%. / Nível de discordância em 80%.
Q13/Q19	Possui quadra poliesportiva:	Nível de discordância acima de 95%. / Nível de discordância em 100%.
Q14/Q20	A instituição tem infraestrutura adequada para receber a instalação de laboratórios de informática:	Nível de discordância acima de 80%. / Nível de discordância em 100%.
Q15/Q21	Existem, cantina, e quantidades de filtros, bebedouros adequados ao número de alunos:	Nível de discordância acima de 65%. / Nível de discordância em 90%.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor baseado nas respostas dos questionários.

Na terceira etapa do resumo das respostas, encontram-se as questões referentes a infraestrutura da escola, perguntas estas que estão tanto no questionário dos alunos quanto no dos professores. Diante da análise do quadro pode-se inferir que houve quase uma unanimidade quanto a infraestrutura da escola, visto que das 8 (oito) questões levantadas na pesquisa, 7 (sete) perfizeram um nível de discordância acima de 55%, com alguns picos de 95% entre os alunos e todas as proposições foram assinaladas negativamente pelos docentes, ou seja, as 8 (oito) questões obtiveram um nível de discordância acima 80%, salientando que algumas questões obtiveram um nível de 100% de discordância.

De acordo com os dados analisados, pode-se averiguar que os dois segmentos estudados na pesquisa então insatisfeitos com as condições disponibilizadas para o ensino. Pois, de um modo geral a avaliação negativa foi superior a positiva, principalmente quando se tratou da infraestrutura da instituição. Observou-se alguns aspectos positivos quanto a parte pedagógica e as condições propícias ao ensino, mas não se sobre saíram no final, uma vez que ao término do levantamento dos dados analisados obteve-se altos níveis de discordância que foram maiores numericamente e mais elevados proporcionalmente.

O custo por aluno encontrado para essa escola foi de R\$ 2.045,717 por ano ou aproximadamente R\$ 170,4765 por mês, valor encontrado através dos custos com alimentação escolar no ano de 2012, gastos com folha de pessoal (professores, administração, diretoria, serviços terceirizados e despesas de custeio e capital), que somados totalizaram um valor de R\$ 576.892,33 dividido pelo número de alunos matriculados para aquele ano (282).

De posse dessas variáveis quantitativas da apuração de custo por aluno e das informações qualitativas coletadas através dos questionários, pode-se averiguar que o custo de R\$ 170,47 por aluno, desta instituição não está sendo eficiente, pois, tanto os discentes como os docentes não estão satisfeitos com as condições mínimas que são ofertadas pelo governo do estado. Um ponto a ser questionado é com relação ao custo por aluno, visto que, esse valor ficou acima da meta estipulado pelo Fundeb para o ano de 2012 que foi de R\$ 1.867,16 anual, ou seja, R\$ 155,60 mensal, o que nos leva a crer que a ineficiência não ocorre apenas devido aos valores dos recursos destinados a este setor serem baixos, mas sim por um mau uso deste valor nas ações governamentais.

Fato que deve ser analisado e solucionado pelo agente público através de políticas públicas que melhorem o setor educacional e conseqüentemente os resultados obtidos por este, já que este setor é primordial para o desenvolvimento do país.

5 CONCLUSÃO

No transcorrer do presente trabalho demonstrou-se a importância que a contabilidade exerce no processo administrativo e funcional dos entes públicos. Pois, é através da ciência contábil que os agentes públicos tendem a prestar contas das suas ações perante a sociedade. Nesse aspecto, a contabilidade é primordial para que os administradores dos bens públicos não abusem do poder provisório que detém, pois, impõe que estes realizem políticas públicas transparentes e corretas.

Dentre as inúmeras alternativas que a contabilidade dispõe, tem-se o sistema de custos no setor público, obrigatório para todos que direta ou indiretamente administrarem o patrimônio públicos. Sistema de grande relevância já que vai possibilitar que o agente público avalie se suas ações estão sendo eficientes, efetivas e eficazes pautando-se sempre na economicidade do processo.

Em resposta a problemática levantada na pesquisa, que buscou-se verificar se Há eficiência do gasto no Setor Público em uma escola da rede estadual de ensino do município de Serra Branca na relação custo por aluno e na satisfação dos mesmos e dos professores?

Em síntese pode-se perceber nos resultados que das 15 questões perguntadas aos alunos, que 6 obtiveram respostas positivas enquanto que 9 foram negativas, ou seja, cerca de 60% dos alunos sinalizaram negativamente as indagações levantadas. Com relação aos docentes o cenário é um pouco pior, já que das 14 questões propostas, apenas 4 foram sinalizadas positivamente, visto que as outras 10 questões obtiveram respostas negativas, portanto, 71,43% dos respondentes. Diante dessas variáveis qualitativas pode-se observar que há uma insatisfação por parte dos respondentes, em maior nível por parte dos professores. Já que no geral as respostas foram maiores numericamente e percentualmente.

Constatou-se na análise dos resultados que os respondentes não estão satisfeitos com as condições que lhes são disponibilizadas, sinalizando que não está sendo eficiente o gasto que o governo tem com aquele setor. Neste contexto pode-se dizer que o custo de R\$ 170,47 mensal por aluno, não está suprindo as necessidades da escola, já que tanto alunos quanto professores estão insatisfeitos com a situação atual que vivenciam. Outro viés a ser questionado é com relação ao custo por aluno, visto que, esse valor ficou acima do teto estipulado pelo Fundeb para o ano de 2012 que foi de R\$ 155,60 mensal, o que nos leva a crer que a ineficiência não ocorre apenas devido aos valores dos recursos destinados a este

setor serem baixos, mas sim por um mau uso deste valor nas ações governamentais, fato que vem reforça a extrema importância da contabilidade e principalmente da contabilidade analítica ou de custos para o aperfeiçoamento da gestão.

Enfim, ficou demonstrado a importância e essencialidade da contabilidade de custos aplicada no setor público, sendo fundamental para auxiliar os gestores nas tomadas de decisões e verificação dos resultados alcançados e para a sociedade, que através da accountability pode acompanhar e fiscalizar o que está sendo feito com os recursos públicos, identificando se o agente está comprometido e empenhado em atender os seus anseios.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Marcos. **Custos no Setor Público**. Revista do Setor Público, nº 1, jan. / mar, 1999. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/Terceiros-Papers/99-Alonso50%281%29.pdf>>. Acessado em 21 de outubro de 2013.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação** / Maria Margarida de Andrade. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ARAÚJO, Marconi Pereira de. **Gestão da Qualidade no Serviço Público: Desafio de uma nova era**. Monografia apresentada a banca examinadora da Universidade Federal da Paraíba, como exigência parcial para a obtenção do título de Especialista em \direito Administrativo e Gestão Pública.2004.103 fls. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004. Disponível em: <http://www.jfjb.jus.br/arquivos/biblioteca/trabalhos_academicos/TCC_MARCONI.pdf>. Acessado em 12 de janeiro de 2014.

BOURGON, Jocelyne. **Em busca de uma nova síntese para a administração pública: textos para discussão**. – Brasília: ENAP, 2010. Disponível em: <http://www2.enap.gov.br/rede_escolas/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=71>. Acessado em 06 de março de 2014.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. **Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e das outras providências**. Brasília, DF, 4 de maio de 2001; 179º da Independência e 112º da República. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/2000/leicomplementar-101-4-maio-2000-351480-norma-pl.html>>. Acessado em 16 de dezembro de 2013.

_____. Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964. **Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm>. Acessado em 16 de dezembro de 2013.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF, 20 de dezembro de 1996, 185º da Independência e 108º da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acessado em: 23 de janeiro de 2014.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Indicadores – Orientações Básicas Aplicadas à Gestão Pública/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**. Brasília: MP,2012. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2541258.PDF>>. Acessado em 02 de fevereiro de 2014.

_____. Ministério do Planejamento. Secretaria de Gestão. **Melhoria da Gestão Pública por meio da definição de um guia referencial para mediação do desempenho da gestão, e controle para o gerenciamento dos indicadores de eficiência, eficácia e de resultados do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização. Guia Referencial para**

mediação de desempenho e manual para construção de indicadores. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/PPA/2012/121003_orient_indic_triangular.pdf>. Acessado em 06 de março de 2014.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão Pública. **Manual de Orientação para a Gestão do Desempenho.** Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/PPA/2012/121003_orient_indic_triangular.pdf>. Acessado em 06 de março de 2014.

COCHRAME, Teresinha Maria Cavalcanti. **A importância do controle interno na administração da contabilidade como principal instrumento de controle na busca da eficiência da gestão Pública.** Disponível em: <www.gestaoфинancaspublicas.ufc.br/artigo_cont_publica_Teresinha_Maria_Cavalcanti_Cochrane_Integra.doc>. Acessado em 12 de novembro de 2013.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, **Resolução CFC nº 1.366 de 25 de novembro de 2011 – Sistema de Informação de Custos no Setor Público.** Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2011/001366>. Acessado em 24 de novembro de 2013.

_____. **Resolução CFC nº 1.128 de 21 de novembro de 2008. Conceituação, objeto e campo de aplicação.** Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2011/001366>. Acessado em 24 de novembro de 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa /** Antonio Carlos Gil. 4. ed. 12 reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica /** Eva Maria Lakatos, Marina de Andrade Marconi. 5. ed. 2 reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

LEAL, José Paulo. **Custo na Administração Pública e Inclusão Social.** In: IX Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul – Gramado de 13 a 15 de agosto de 2003, p. 01 a 17. Disponível em: <<http://ccontabeis.com.br/conv/t11.pdf>>. Acessado em 18 de novembro 2013.

MACHADO, Nelson; HOLANDA, Victor Branco de. **Diretrizes e modelo conceitual de custos para o setor público a partir da experiência no governo federal do Brasil.** Revista de Administração Pública. (RAP), Rio de Janeiro, jul. / ago. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v44n4/v44n4a03.pdf>>. Acessado em 12 de novembro de 2013.

MACHADO, Nelson; HOLANDA, Victor Brando de. **Custos no Setor Público: Diretrizes, Modelo Conceitual e Processo de Implantação (a Partir da Experiência do Governo federal).** In: MACHADO, Nelson(org.) **Gestão Baseada em Resultado no Setor Público.** Editora: Atlas, ano:2012, p 245 a 267.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos.** 9ª ed. São Paulo: Atlas,2003.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos.** 3º Edição, São Paulo, Atlas 1992.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **O PNE 2011 – 2020: Metas e Estratégias**. Disponível em: <http://fne.mec.gov.br/images/pdf/notas_tecnicas_pne_2011_2020.pdf>. Acessado em 31 de janeiro de 2014.

_____. **Fundeb**. Disponível em: <<http://www.cnte.org.br/index.php/comunicacao/noticias/12990-mec-projeta-custo-aluno-do-fundeb-para-2014-em-r-2-285-57.html>>. Acessado em 07 de outubro de 2014.

_____. **Dinheiro Direto na Escola**. Disponível em: <<http://www.fnede.gov.br/index.php/programas-dinheiro-direto-na-escola>>. Acessado em 07 de outubro de 2014.

NOGUEIRA, Marcelo Francisco. **Custeio Direto: maximização da margem de contribuição total utilizando a programação linear**. 2005. 36 fls. Seminário apresentado ao Programa de Mestrado em Controladoria e contabilidade Estratégica. Centro Universitário Alvares Penteado (UNIFECAP), São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.mfpericias.com/pdf/custeio_direto.pdf>. Acessado em 23 de janeiro de 2014.

PISA. **Programa Internacional de Avaliação de alunos**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/pisa-2012-a-aberracao-de-sempre>>. Acessado em 17 de novembro de 2013.

RIBEIRO, Henrique Marques. **Sistema de Controle Interno e Qualidade das Informações de Desempenho no Âmbito das Políticas Públicas Executadas de Forma Descentralizada. Monografia apresentada ao Instituto Serzello Corrêa do Tribunal de Contas da União como parte da avaliação do Curso de Especialização em Orçamento Público**. 2012. 82 fls. Instituto Serzello Corrêa do Tribunal de Contas da União, Brasília, 2012. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2541258.PDF>>. Acessado em 02 de fevereiro de 2014.

RIBEIRO FILHO, José Francisco et. al. **Gestão Baseada em Resultado e sua Implantação no Setor Público Brasileiro (GBRSP)**. In: MACHADO, Nelson(org.). **Gestão Baseada em Resultado no Setor Público**. Editora: Atlas, ano:2012, p 1 a 15.

SAVIANI, Dermeval. **A história da escola pública no Brasil***. *Revista de ciências da educação*, 2002. Disponível em: <http://www.am.unisal.br/pos/Stricto-Educacao/revista_ciencia/EDUCACAO_08.pdf#page=185> acessado em 22/11/13 às 07:35.

SCHWARTZMAN, Simon. **Os desafios da educação no Brasil**. Artigo científico, 2005. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/desafios/1desafios.pdf>> acessado em 22/11/13 às 07:35.

SECRETARIA DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO E INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS. **Manual de integridade Pública e fortalecimento da gestão: Orientações para o gestor municipal / presidência da República, controladoria – geral da união**. 3ª ed. Brasília; CGU, 2013. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/publicacoes/ManualIntegridade/ManualIntegridade2013.pdf>>. Acessado em 16 de dezembro de 2013.

SILVA, Lino Martins da; FÉLIX, Cláudia Lima. Contabilidade aplicada ao setor Público: A base do controle. In: MACHADO, Nelson(org.). **Gestão Baseada em Resultados no Setor Público**. Editora: Atlas, ano: 2012, p.145 a 168.

SILVA, Cristina de Jesus Martins da. **Custos no Setor Público: análise dos artigos sobre o tema Custos no Setor Público**. In: Congresso Brasileiro de Custos. Curitiba, 2011. P.1 a 67. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/28139/CRISTINA%20DE%20JESUS%20MARTINS%20SILVA.pdf?sequence=1>. Acessado em 07 de dezembro 2013.

SOUSA, Daina de. **Os impactos das normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público brasileiro**. 2011. 26 fls. Dissertação, (Especialização em Administração Pública) – Faculdade de São Francisco de Barreiras, Barreiras, 2011. Disponível em: <http://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigoosimpactosdasnormasinternacionaisdecontabilidadeaplicadaaoetorpublicobrasileiro.pdf>. Acessado em 12 de novembro de 2013.

VELOSO, Fernando. **A evolução recente e propostas para a melhoria da Educação Brasileira. 2010**. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/agenda8.pdf>. Acessado em 18 de novembro de 2013.

APÊNDICE

APÊNDICE I: Questionário aplicados aos alunos.

**QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL
2 E EJA (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS) DO MUNICÍPIO DE SERRA
BRANCA – PARAÍBA.**

Prezados Alunos (a):

Este questionário é parte de uma pesquisa aplicada ao Curso de Ciências Contábeis da UEPB, onde o objetivo é investigar a qualidade e os recursos disponíveis no que tange o ensino fundamental 1, 2 e EJA do município de Serra Branca.

Não será necessária identificação, solicito apenas que as repostas sejam assinaladas de acordo com a situação vivenciada pelo Aluno.

Agradeço pela cooperação!!!

Luiz Fernando Antonino dos Santos
Graduando em Ciências Contábeis pela UEPB

ATÉ QUE PONTO VOCÊ CONCORDA OU DISCORDA USANDO AS APROXIMAÇÕES SEGUINTE PARA ESCLARECER A QUALIDADE E OS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA EDUCAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL 2 E EJA.

FAÇA A SEGUINTE RELAÇÃO:

- 1 = CONCORDO FORTEMENTE
- 2 = CONCORDO
- 3 = NEUTRO
- 4 = DISCORDO
- 5 = DISCORDO FORTEMENTE

1 – QUESTÕES RELACIONADAS AO INCENTIVO AO ALUNO:

	1	2	3	4	5
Existe disponibilização de computadores como incentivo a inclusão digital;					
A instituição distribui materiais didáticos, fardamento a fim de dar subsídio à aprendizagem do aluno;					
Promove ações de incentivo a prática de esportes;					
Proporciona atividades extraclasse como visitas, excursões, passeios, a campo a fim de despertar interesses a pesquisas;					
Promove ações de incentivo à leitura;					
A merenda escolar tem um cardápio satisfatório;					
Articula iniciativas específicas para alunos com baixo rendimento escolar;					
A merenda escolar é preparada em um ambiente limpo.					

2 – QUESTÕES RELACIONADAS À INFRAESTRUTURA FÍSICA DA ESCOLA:

	1	2	3	4	5
A quantidade de salas e banheiros construídos são suficientes para o montante de alunos matriculados;					
Os equipamentos (retroprojektor, computadores, data show, quadro, carteiras, etc.) disponíveis para desenvolvimento das aulas, são suficientes e adequadas as necessidades da instituição;					
A instituição possui biblioteca e disponibiliza a quantidade de livros que atende à demanda dos alunos, oferecendo acesso à informação e cultura, proporcionando uma melhor qualidade na aprendizagem;					
A rede de abastecimento hídrico, e rede elétrica atende as necessidades da instituição;					
Possui quadra poliesportiva;					
A instituição tem infraestrutura adequada para receber a instalação de laboratórios de informática;					
Existem, cantina, e quantidades de filtros, bebedouros adequados ao número de alunos.					

Muito Obrigado pela sua colaboração!

APÊNDICE II: Questionário aplicados aos professores.

**QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL
1, 2 E EJA (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS) DO MUNICÍPIO DE SERRA
BRANCA – PARAÍBA.**

Sr. Professor (a):

Este questionário é parte de uma pesquisa aplicada ao Curso de Ciências Contábeis da UEPB, onde o objetivo é investigar a qualidade e os recursos disponíveis no que tange o ensino fundamental 1, 2 e EJA do município de Serra Branca.

Não será necessária identificação, solicito apenas que as repostas sejam assinaladas de acordo com a situação vivenciada pelo Professor (a).

Agradeço antecipadamente e me disponho a enviar caso queira, os resultados da pesquisa.

Luiz Fernando Antonino dos Santos
Graduando em Ciências Contábeis pela UEPB

QUESTÕES

1- Você é?

- () Professor (a) com nível superior
() Professor (a) sem nível superior

Se tiver nível superior descreva qual _____.

2. Quais disciplinas você leciona como professor do ensino fundamental?

3. A disciplina que você leciona condiz com o curso ou especialização que você tem?

- () SIM
() NÃO

4. Qual a sua faixa etária?

- () Até a 25 anos () Entre 36 e 40 anos
() Entre 26 e 30 anos () Superior a 40 anos
() Entre 31 e 35 anos

5. Sexo?

- () Masculino () Feminino

6. Você leciona em quais áreas:

- () Só no fundamental 1;
 () No fundamental 1 e no EJA;
 () Só no fundamental 2;
 () No fundamental 2 e no EJA;
 () No fundamental 1 e 2;
 () Só no EJA;
 () Nas três categorias.

7. Qual o valor do seu rendimento mensal em R\$:

- () Até 1000 reais;
 () Entre 1001 e 2000 reais;
 () Ente 2001 e 3000 reais;
 () Superior a 3000 reais.

ATÉ QUE PONTO VOCÊ CONCORDA OU DISCORDA USANDO AS APROXIMAÇÕES SEGUINTE PARA ESCLARECER A QUALIDADE E OS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA EDUCAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL.

FAÇA A SEGUINTE RELAÇÃO:

- 1 = CONCORDO FORTEMENTE
 2 = CONCORDO
 3 = NEUTRO
 4 = DISCORDO
 5 = DISCORDO FORTEMENTE

1 – QUESTÕES RELACIONADAS À CAPACITAÇÃO DO PROFESSOR:
--

	1	2	3	4	5
Existe uma política de reciclagem aos professores a fim de aperfeiçoar a qualidade de ensino.					
Existe programa de financiamento para material didático como: notebook, livros, apostilas, e outros recursos afins.					
Existe alguma ajuda de custo a fim de propiciar material didático.					
Você está satisfeito com o salário que recebe.					
O fator motivador como professor está mais relacionado a uma questão moral do que ao seu salário.					
Ao se capacitar, você o faz com o objetivo de melhorar de emprego e salário.					
Você acha que sua capacidade condiz com a situação de emprego na qual você se encontra hoje.					

2 – QUESTÕES RELACIONADAS À INFRAESTRUTURA FÍSICA DA ESCOLA:

	1	2	3	4	5
A quantidade de salas e banheiros construídos são suficientes para o montante de alunos matriculados.					
Os equipamentos (retroprojeter, computadores, data show, quadro, carteiras, etc.) disponíveis para desenvolvimento das aulas, são suficientes e adequadas as necessidades da instituição.					
A instituição possui biblioteca e disponibiliza a quantidade de livros que atende a demanda dos alunos, oferecendo acesso à informação e cultura, proporcionando uma melhor qualidade na aprendizagem.					
A rede de abastecimento hídrico, e rede elétrica atende as necessidades da instituição.					
Possui quadra poliesportiva.					
A instituição tem infraestrutura adequada para receber a instalação de laboratórios de informática.					
Existem, cantina, e quantidades de filtros, bebedouros adequados ao número de alunos.					

Muito Obrigado pela sua atenção!